

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS LAGOA DO SINO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CCN
ADMINISTRAÇÃO**

JOICE CARLA DA SILVA

**A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE E A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS VIA
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
(BNDES): UMA ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS DAS GRANDES
EMPRESAS BENEFICIADAS E EFEITOS PARA PRODUTORES E
CONSUMIDORES**

BURI – SP

2019

JOICE CARLA DA SILVA

**A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE E A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS VIA
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
(BNDES): UMA ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS DAS GRANDES
EMPRESAS BENEFICIADAS E EFEITOS PARA PRODUTORES E
CONSUMIDORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Administração com Linha de Formação em Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Lima Santos.

Financiamento: Próprio.

BURI - SP

2019

SILVA, Joice Carla.

A cadeia produtiva da carne e a política de subsídios via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): uma análise de resultados financeiros das grandes empresas beneficiadas e efeitos para produtores e consumidores/Joice Carla da Silva - 2019.

58 F.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração com Linha de Formação em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino, Buri, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Lima Santos.

Banca examinadora: Prof. Dr. Heber Lombardi de Carvalho e Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida.

Monografia.

1 Subsídios. 2 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 3 Frigoríficos. 4 Efetividades.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOICE CARLA DA SILVA

A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE E A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS VIA BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES): UMA ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS DAS GRANDES EMPRESAS BENEFICIADAS E EFEITOS PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES

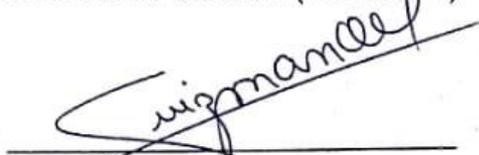
Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Administração com Linha de Formação em Sistemas Agroindustriais. Universidade Federal de São Carlos. Buri, 3 de Dezembro de 2019.



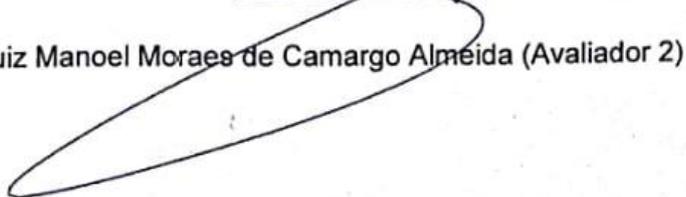
Prof. Dr. Leandro de Lima Santos (Orientador)



Prof. Dr. Heber Lombardi de Carvalho (Avaliador 1)



Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida (Avaliador 2)



SILVA, Joice Carla. A cadeia produtiva da carne e a política de subsídios via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): uma análise de resultados financeiros das grandes empresas beneficiadas e efeitos para produtores e consumidores. 2019. Monografia (bacharelado em administração de empresas) – Universidade Federal de São Carlos, Buri, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa procurou identificar e analisar os reflexos da política de subsídios do BNDES para a cadeia produtiva da carne (de 2006 a 2016) e seu alinhamento com os resultados formais esperados, baseando-se nos índices financeiros de três frigoríficos nacionais e, sob a premissa de que o governo incentiva de acordo com o fundamento constitucional artigo 174 e 192 para promover o desenvolvimento do país. As justificativas deste trabalho encontram-se pautadas na importância da carne, tanto para a economia quanto como fonte de alimento, no fato do segmento ser um dos mais subsidiados pelo governo e em possíveis contribuições provenientes deste estudo para o aprimoramento da política governamental destinada ao setor. Como método de pesquisa, foram colhidas informações da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), documentos legislativos, série histórica do preço do boi gordo e da carne vendida ao consumidor final e fez-se uma análise comparativa de índices de liquidez seca, giro de estoque, evolução patrimonial, variação de participações societárias e outras avaliações pertinentes através dos demonstrativos dos frigoríficos. Identificou-se que os resultados financeiros das empresas melhoraram expressivamente com os incentivos (principalmente em termos de crescimento do patrimônio líquido, receita operacional líquida, caixa e ativo imobilizado) e o segmento ascendeu no mercado externo como objetivava a PDP, mas, benefícios claros ao Banco e a sociedade não foram observados. Portanto, conclui-se que há um desalinhamento entre os efeitos da política e os resultados esperados para o incentivo.

Palavras-chave: Subsídios. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Frigoríficos. Efetividades.

ABSTRACT

This research sought to identify and analyze the reflections of BNDES subsidy policy for the meat production chain (from 2006 to 2016) and its alignment with the expected formal results, based on the financial ratios of three national meatpackers and, under the premise that the government encourages in accordance with the constitutional foundation articles 174 and 192 to promote the development of the country. The justifications of this work are based on the importance of meat, both for the economy and as a source of food, in the fact that the segment is one of the most subsidized by the government and possible contributions from this study to the improvement of government policy aimed at the sector. As a research method, information was collected from the Productive Development Policy (PDP), legislative documents, historical series of the price of beef and meat sold to the final consumer and a comparative analysis of dry liquidity indexes, inventory turnover, equity evolution, changes in equity interests and other pertinent valuations through the statements of the meatpacking plants. It was found that the companies' financial results improved significantly with the incentives (mainly in terms of growth in equity, net operating income, cash and fixed assets) and the segment increased in the foreign market as PDP aimed, but clear benefits to the Bank and society were not observed. Therefore, it is concluded that there is a misalignment between the effects of the policy and the expected results for the incentive.

Key-words: Allowances. National Bank for Economic and Social Development. Refrigerators Effectiveness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Método de Pesquisa	10
CAPÍTULO 1: INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA ORDEM ECONÔMICA .	12
1.1 Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda	12
1.2 Formas de intervenção estatal	14
1.2.1 Origem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	16
CAPÍTULO 2: PRODUÇÃO PECUÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO	18
2.1 A indústria de carne em números	18
2.2 A agroindustrialização do setor de carne bovina brasileira.....	20
2.3 Principais empresas brasileiras do ramo.....	22
CAPÍTULO 3: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS NA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE	23
3.1 Frigoríficos brasileiros e o apoio via BNDES	23
CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: O EFEITO DO SUBSÍDIO PARA EMPRESAS BENEFICIADAS, PARA O BANCO E PARA A PRODUÇÃO E CONSUMO DE CARNES NO BRASIL	27
4.1 O impacto dos incentivos via BNDES no resultado financeiro dos frigoríficos estudados (de 2006 a 2016)	29
4.1.1 JBS S.A.....	29
4.1.2 Marfrig Global Foods	35
4.1.3 Brasil Foods S.A.....	40
4.2 Resultados práticos da política de incentivos para o Banco de Desenvolvimento	45
4.3 Reflexos da política de subsídios para produtores e consumidores.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

A atividade pecuária desempenha importante papel no desenvolvimento econômico brasileiro. Atualmente, o Brasil possui um rebanho de 218,23 milhões de cabeças de gado, número maior que a própria população, a qual passou dos 207 milhões de pessoas em 2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Ainda, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), em 2018, a carne bovina brasileira bateu recorde e fechou em 1,64 milhão de toneladas exportadas com crescimento de 11% em relação a 2017 e receita de US\$ 6,57 bilhões. Tal fato consolida a posição do país como o principal exportador mundial do produto, porque trata-se do maior volume já exportado entre todas as nações. Ademais, ele carrega o título de segundo maior produtor e terceiro maior consumidor de carne bovina a nível mundial.

Diversos fatores influenciaram a ascensão da indústria de carne, dentre os quais pode-se apontar um importante papel desempenhado pelo governo brasileiro como mecanismo de fomento à cadeia produtiva. Entre os ajustes ao agronegócio brasileiro, sobretudo à indústria de carne, pode-se mencionar: juros subsidiados, perdão de dívidas, apoio a processos de fusões e aquisições, isenção ou redução de impostos, criação de linhas de financiamentos específicas, dentre outros.

Como parte essencial dessa bagagem de estímulos está por exemplo, a criação de multinacionais brasileiras, beneficiadas em grande parte pelos recursos públicos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual, além de disponibilizar empréstimos a juros mínimos às indústrias, também é dono de ações das empresas através do BNDES Participações S.A. (BNDESPar). De 2007 a 2010, somando-se os aportes feitos à JBS e à Bertin, foram destinados a indústria de carne um total de R\$ 8,1 bilhões, via empréstimo (renda fixa) e aportes de capital (renda variável) (RELATÓRIO FINAL DA CPI DO BNDES, 2018). Nesse sentido, especificamente quanto ao caso da JBS, o BNDES tornou-se dono de cerca de 21,32% das ações da empresa e a Caixa Econômica, 4,32% (Economatica *apud* Infomoney, 2019).

Portanto, observa-se que a cadeia da carne se beneficia fortemente desses incentivos. Estes, legitimam-se a partir do aparato em leis, decretos e demais mecanismos legislativos que reafirmaram apoio aos frigoríficos nacionais, seja de forma direta ou indiretamente, merecendo destaque a Nova Política Industrial (a “Política de

Desenvolvimento Produtivo – PDP”) anunciada em 2008, que instituiu vários incentivos e focalizou esforços na consolidação e expansão da liderança do Brasil no segmento de proteína animal.

Fato é que, para toda política econômica de incentivo se pressupõe um retorno, uma compensação. Atendo-se especificamente ao BNDES (denominado inicialmente Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)), observa-se que com a sua constituição (a partir da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952), esperava-se que este exercesse a função principal de ser um agente do governo federal para promover através do financiamento, o desenvolvimento da economia brasileira.

Art. 8º (...) é criado, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que também atuará, como agente do Governo, nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional (BRASIL, 1952).

Partindo desta explanação, a questão de pesquisa que orientou este estudo foi: Quais os resultados práticos do fornecimento de subsídios para a cadeia produtiva da carne por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)? Tendo como base os resultados financeiros de três dos maiores frigoríficos nacionais, e os resultados formais esperados para a política de incentivo, atendo-se especificamente ao período de 2006 a 2016, pode-se dizer que esses objetivos foram alcançados?

Como delimitação da pesquisa, buscou-se fazer uma análise do período que compreende o ano de 2006 a 2016, tendo em vista os incentivos oferecidos para a cadeia produtiva da carne a partir desse período, principalmente via BNDES, como citado anteriormente.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi: identificar e analisar quais os resultados práticos do fornecimento de subsídios para a cadeia produtiva da carne por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e se tendo como base os resultados financeiros de três dos maiores frigoríficos nacionais, e os resultados formais esperados para a política de subsídio no período de 2006 a 2016, pode-se dizer que esses objetivos foram alcançados. Como objetivos específicos buscou-se:

a) Analisar a eficiência da Política de Desenvolvimento Produtivo de 2007, sob a perspectiva da indústria de carne;

b) Identificar a influência dos incentivos via BNDES no desenvolvimento dos frigoríficos nacionais, demonstrados em seus relatórios financeiros;

c) De forma acessória, identificar e analisar possíveis oscilações do preço da carne e seus reflexos para a receita das empresas.

d) Analisar os índices de produção e consumo de carne bovina no Brasil.

Partiu-se do pressuposto de que existiriam ganhos econômicos significativos para os frigoríficos nacionais demonstrados em relatórios, mas isso não teria impacto relevante na diminuição do preço da carne bovina no mercado interno, de maneira que os resultados formais esperados para a política de subsídios do BNDES, não foram plenamente alcançados.

As justificativas para o desenvolvimento deste estudo, dividem-se em alguns argumentos principais. Em primeiro lugar, o segmento agroindustrial da carne é de grande relevância para a economia brasileira. O Brasil se encontra em uma situação favorável (grande produtor, exportador e consumidor) e as projeções são positivas. De acordo com a SCOT Consultoria (2018), de 2016/17 a 2026/27, a produção crescerá 2,1% ao ano e irá atingir 11.444 mil toneladas com 20,5% de variação em relação a 2017. Além disso, o consumo mundial está projetado em 75.931 mil toneladas de carne bovina para 2026 e, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2016), do período em questão até 2026, o crescimento das exportações será de 4,5% ao ano, com alta na ordem de 18% o que provocará um aumento nas divisas geradas pelo segmento.

Em segundo lugar, cabe ressaltar a importância da carne não só para a geração da riqueza econômica, mas como fonte de alimento que possui grande valor nutricional. Estudar a eficiência dos subsídios oferecidos pelo governo em relação ao cumprimento de seu dever social, implica identificar questões essenciais relacionadas ao acesso ao alimento por parte da população brasileira.

Em terceiro lugar, o segmento da carne é um dos mais incentivados pelo governo. Como exemplo têm-se que entre 2005 e 2017, dos R\$12,7 bilhões ofertados pelo BNDES, o segmento usufruiu de aproximadamente 80% dos recursos, o equivalente a cerca de R\$11,7 bilhões (RELATÓRIO FINAL DA CPI DO BNDES, 2018).

Por fim, algumas possíveis contribuições provenientes desta pesquisa, também representam justificativas para o seu desenvolvimento, pois, através deste estudo poderá se identificar a eficiência das políticas de incentivo governamental para a cadeia, não simplesmente sob a perspectiva econômica, mas social, tendo em vista que o objetivo das intervenções governamentais, é a princípio, trazer benefícios à população. Dessa forma, o estudo poderá ser útil para os responsáveis por fazerem políticas públicas, no sentido de auxiliar para o possível aprimoramento das mesmas.

MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada, quanto aos fins de sua investigação, como exploratória. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória é aquela que objetiva a investigação de um problema, de maneira a explicitá-lo e proporcionar maior familiaridade com o mesmo. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser definida como um estudo de caso, uma vez que se aprofunda em uma investigação relacionada, especificamente, à cadeia da carne.

Os dados coletados e a análise proposta se basearam em informações tanto qualitativas como quantitativas, as quais foram colhidas de fontes secundárias pertinentes a análise da Política de Desenvolvimento Produtivo, especificamente benefícios concedidos através do BNDES, novas linhas de financiamento, entre outras informações oportunas. Estas informações foram obtidas via internet, em sites, artigos científicos e documentos legislativos. Ademais, pesquisou-se a série histórica do preço do boi gordo e da carne vendida ao consumidor final via artigos, sites, etc.

Além disso, fez-se uma análise comparativa do impacto do volume de recursos disponibilizados no desenvolvimento econômico de três das maiores instituições frigoríficas do Brasil (Marfrig Global Foods, JBS e a Brasil Foods S.A.) por meio de suas demonstrações financeiras. Abaixo o protocolo de pesquisa conforme os passos realizados para o desenvolvimento da análise financeira exposta neste trabalho.

Quadro 1 – Protocolo de Pesquisa

Passos	Atividades
1	Identificou-se o volume de recursos disponibilizados para cada empresa dentro do recorte temporal estabelecido e as linhas utilizadas (seja via crédito ou renda variável)
2	Identificou-se as demonstrações financeiras das empresas atendo-se as seguintes fontes: o próprio site das empresas e publicações oficiais de sites como a página Valor Econômico ¹ , Bussola do Investidor ² e EconoInfo ³
3	Identificou-se a partir das características do incentivo (via crédito ou renda variável) e das linhas de financiamento, quais contas poderiam ter sofrido impacto direto da operação
4	Após correlacionado cada incentivo às contas das demonstrações financeiras que provavelmente sofreram impactos, fez-se uma análise comparativa da possível evolução ou involução dentro do recorte temporal estabelecido

¹VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor-ri>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

²BÚSSOLA DO INVESTIDOR. Disponível em: <<https://www.bussoladoinvestidor.com.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

³ECONOINFO. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

5	Complementarmente, conforme as características do setor pesquisado, definiu-se indicadores financeiros que poderiam enriquecer a análise quanto ao fornecimento de informações que retratassem aspectos importantes da situação econômico financeira da empresa
6	Fez-se os cálculos dos indicadores (do passo cinco) e análise conforme sua finalidade

Fonte: autoria própria, 2019.

Abaixo estão descritas conforme a identificação das operações realizadas pelos frigoríficos estudados via BNDES, as principais linhas utilizadas, suas características e o parâmetro de análise aplicado nesta pesquisa.

Quadro 2 – Principais linhas utilizadas pelos frigoríficos, características e parâmetro de análise empregado.

Operações	Características das operações	Parâmetro/s de análise
Operações diretas e indiretas não automáticas	Dentre os recursos financiáveis pela linha, está a aquisição de máquinas e equipamentos	Evoluções ou involuções do ativo imobilizado, item do Balanço Patrimonial destinado a mensuração de bens essenciais a manutenção das atividades da empresa (prédios, máquinas, etc)
Operações de exportação Pré-Embarque	Financiamento para a produção de bens com a finalidade de exportação	Evoluções ou involuções da receita advinda do mercado externo
Operações de Renda Variável	Mercado de renda variável em geral, com ênfase para a aquisição de ações por parte do BNDESPar	Variações do patrimônio líquido, da receita operacional líquida e do caixa, equivalentes e aplicações de curto prazo
Operações indiretas automáticas	Dentre os recursos financiáveis pela linha, está a aquisição de máquinas e equipamentos com destaque para a linha FINAME	Evoluções ou involuções do ativo imobilizado, item do Balanço Patrimonial destinado a mensuração de bens essenciais a manutenção das atividades da empresa (prédios, máquinas, etc)

Fonte: autoria própria, 2019.

Complementarmente, foram calculados/as e/ou analisados/as ainda:

- a) a variação das participações societárias dessas empresas (conta investimentos: entendidas como a importância aplicada na aquisição de ações e títulos de participação societária em outras empresas).
- b) o índice de liquidez seca: indicador que exclui os estoques do ativo circulante da empresa, geralmente os ativos menos líquidos de todos, sendo calculado por: índice de liquidez seca: (ativo circulante-estoques) / passivo circulante

(ASSAF NETO, 2010). Para efeitos de análise foram considerados bons os indicadores acima de um e em ascensão, uma vez que tal cenário indica que o ativo de curto prazo é maior que a dívida de curto prazo.

- c) o índice de Giro de Estoque: mede a liquidez dos estoques da empresa, sendo calculado por: custo dos produtos vendidos/estoques (Gitman, 2004). Para fins de interpretação, quanto maior esse índice melhor, pois, tal fato indica uma situação de aumento das vendas dessas companhias, refletidas no aumento do giro da empresa (velocidade em que o inventário é renovado em um determinado período).

Foram elaborados quadros e gráficos para uma maior compreensão do impacto dos incentivos nas contas dessas empresas, analisando associações entre os resultados, assim como evoluções e involuções.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta o aspecto macroeconômico da intervenção governamental, suas origens (perspectiva keynesiana) e formas de intervenção (política fiscal e monetária), onde se encontra a atuação do BNDES. O segundo traz aspectos relacionados a dados da pecuária no Brasil e no mundo, a agroindustrialização do setor no Brasil e as principais empresas nacionais. O terceiro, tem como tema o BNDES, e traz aspectos como o histórico do seu desenvolvimento e o apoio ao setor de carnes. Por fim, o quarto capítulo refere-se a análise e discussão dos resultados e expõe o efeito do subsídio para as empresas beneficiadas, para o banco e para a produção e consumo de carnes no Brasil.

CAPÍTULO 1: INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA ORDEM ECONÔMICA

A Macroeconomia centra-se no estudo da economia, especificamente a determinação e o comportamento dos grandes agregados, dentre os quais pode-se citar: renda e produtos nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio. As metas da política macroeconômica são: alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda socialmente justa e crescimento econômico, tendo na figura do Estado o seu executor por meio de políticas de intervenção (VASCONCELLOS, 2004).

1.1 Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

A concepção do Estado como importante instrumento de regulação, é legitimada a partir do livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes. Enquanto os ideais de Adam Smith (que tiveram grande adesão a partir do século XVIII) do *laissez-faire* e do poder de auto-regulação do mercado, não concebiam a intervenção do Estado, Keynes admitia a necessidade deste interferir fortemente.

Tal concepção, baseava-se na ideia de que o mercado não se autorregulava, e o ponto chave para o bom andamento da economia era o investimento produtivo. De acordo com Keynes (1992) o alcance do pleno emprego só seria possível por meio da interferência do governo, uma vez que a procura efetiva seria determinada pelo rendimento, ou seja, só haveria consumo se houvesse renda, e só haveria renda, se houvesse investimento produtivo capaz de gerar emprego. Todavia, a incerteza do futuro (com destaques em cenários de recessão econômica), fazia com que o índice de investimento diminuísse em detrimento a preferência pela liquidez.

Em resumo, para Keynes (1992), o investimento produtivo por parte da esfera privada, só aumentaria em um cenário de já crescimento do PIB, caso contrário, a preferência seria pela liquidez, o que provocaria o desemprego. Logo, caberia ao Estado, por meio da implementação de políticas anticíclicas, recuperar a economia, através do endividamento público, desenvolvendo políticas de incentivos ao investimento privado, por meio de taxas de juros mais baixas.

A doutrina Keynesiana constitui-se como uma teoria econômica que adquiriu posição de destaque no início da década de 1930, no momento em que o capitalismo vivia uma de suas mais graves crises, a de 29. Seu primeiro adepto foi Franklin Delano Roosevelt, o qual, por meio do *New Deal*⁴, com o intuito de livrar a economia americana da grande depressão, implementou uma série de medidas de interferência estatal.

A corrente keynesiana atribuiu ao Estado a competência de proporcionar benefícios sociais que assegurem a sociedade o usufruto de um padrão mínimo de vida, como a redução da jornada de trabalho, a criação do salário mínimo e do seguro-desemprego, dentre outros (CANOTILHO, 1999). Dessa maneira, para promover o Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) o Estado começa a desenvolver políticas públicas voltadas à população, expandindo a estatização de setores econômicos, assim como acentuando a intervenção pública na esfera privada. No Brasil, por exemplo, pode-

⁴ *New Deal* (em português, novo acordo ou novo trato) foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937 pelo Estado americano, sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt, a fim de recuperar e reformar a economia norte-americana da Grande Depressão.

se apontar que essa estatização, fora percebida com maior vigor após a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Petrobrás – ambas datadas da metade do século XX.

1.2 Formas de intervenção estatal

O Estado detém de diversos atributos para intervir na economia, por meio dos quais, busca proporcionar o crescimento econômico, o emprego e a estabilização de preços. Entre esses instrumentos, merece destaque as políticas fiscal e monetária através das quais pode-se controlar aspectos como: salários, preços, inflação, assim como, restringir ou impor choques na oferta e na demanda (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

A política monetária, objetiva promover o controle de moeda, do crédito e da taxa de juros, o que contribui para a manutenção da economia, para as decisões de preços e investimentos e influencia o controle da inflação etc (MATIAS-PEREIRA, 2010). Esta tende a interferir mais decisivamente sobre as decisões de investimento, uma vez que a oscilação das taxas de juros, afetam especialmente os mercados de ativos. (CARVALHO, 2008). Entre os instrumentos da política monetária estão:

Emissões, reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos, que os bancos comerciais devem colocar à disposição do Banco Central), *open Market* (compra e venda de títulos públicos), redescontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais) e regulamentação sobre crédito e taxa de juros (VASCONCELLOS, 2004, pg 88).

Geralmente, quando há crises econômicas em um país, com o aumento do desemprego e queda da produção, o governo tende a implementar uma política monetária caracterizada como expansionista. Neste tipo de intervenção, o Estado busca estimular o crescimento econômico através da inserção de moeda no mercado e a redução da taxa de juros. Já em um cenário de crescimento excessivo e hiperinflação, o governo adota medidas mais restritivas, as quais vão diminuir a quantidade de moedas em circulação (VASCONCELLOS, 2004).

No Brasil, o Estado (como agente normativo e regulador da atividade econômica) só pode interferir naquilo que esteja amparado legalmente pela Constituição Federal de 1988. O artigo 174 prevê que “(...) O Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.” Ademais, o artigo 192 prevê que o sistema financeiro nacional deve estruturar-se de maneira que atenda os interesses da sociedade:

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (BRASIL, 1988).

No que diz respeito à política monetária brasileira, sua execução cabe ao Banco Central (BACEN) e sua normalização é feita pelo Conselho Monetário Nacional. Em relação as taxas de juros, seu controle se dá pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), através do qual, tanto o Banco Central quanto o Governo estipulam metas de controle inflacionário e a forma de execução da política, seja ela expansionista ou restritiva.

A política fiscal por sua vez torna possível o aquecimento da economia e o aumento da renda, uma vez que envolve aspectos como a alocação de recursos através da administração e geração de receitas governamentais (MATIAS-PEREIRA, 2010). Carvalho (2008) aponta que por meio dessa política macroeconômica, o governo age diretamente sobre a demanda através de seus dispêndios financeiros e de maneira indireta com os tributos incidentes sobre a esfera privada. Dessa maneira, diante a possível incerteza do investimento ou consumo por parte do setor privado, o governo se vale de mecanismos de compensação do declínio da demanda, por meio da ampliação de sua própria demanda por bens e serviços, mantendo-a estabilizada.

Para Rossetti (1987) os instrumentos fiscais podem ser divididos em Consumo do Governo, Investimentos e Subsídios e Transferências. O primeiro tem como finalidade produzir de forma coletiva e diz respeito aos gastos estatais destinados a pagamentos envolvendo civis e militares, aquisição de materiais e admissões de terceiros. O segundo envolve os gastos com a construção de ferrovias, escolas, postos de saúde, etc. Por fim, o terceiro envolve os subsídios e transferências os quais tem como objetivo garantir à coletividade, preços mais baixos quanto ao consumo de produtos e serviços.

Um dos mecanismos alimentadores da política fiscal brasileira, é a política de incentivos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual constitui-se como o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo, atrás unicamente do China Development Bank. Este, detém o papel central de promover financiamentos para as empresas do Brasil, através do fornecimento de crédito a taxas subsidiadas de aproximadamente 1/3 da de mercado, o que proporciona ganhos competitivos as empresas subsidiadas (ESTADÃO, 2019).

O BNDES assumiu papel estratégico na condução da política macroeconômica brasileira, uma vez que, de 2008 quando era responsável por financiar 26% das operações de crédito realizados por pessoas jurídicas, passou em 2010 ao patamar de 36%.

1.2.1 Origem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Segundo verbete publicado pela FGV (2019), o BNDES surge como Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), a partir da promulgação da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. A princípio, a este cabia a função de, como agente do governo federal, promover através do financiamento o desenvolvimento da economia brasileira. “Art. 8º (...) é criado, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que também atuará, como agente do Governo, nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional.”

A princípio o BNDE constituía-se como uma autarquia vinculada pelo Ministério da Fazenda, entretanto, o artigo 189 do Decreto-Lei nº 200 de 1967 atribuiu ao ministro do Planejamento e Coordenação Geral a supervisão do banco. Posteriormente, com a extinção do ministério, coube a Secretaria de Planejamento da Presidência da República essa função, até 1979. Com a aprovação da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, o banco tornou-se uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e ficou responsável por efetuar todas as operações bancárias necessárias para promover o desenvolvimento da economia, podendo estas formalizarem-se no exterior.

O Decreto nº 73.713, de 1º de março de 1974, aprovou o estatuto da empresa pública BNDE, até hoje em vigor. Este, entre outras coisas, autorizou a instituição a realizar aplicações não-reembolsáveis em projetos ou programas de ensino e pesquisa e criou o conselho do BNDE, extinguindo o conselho da administração até então instituído.

Por fim, com o Decreto nº 83.425, de 8 de maio de 1979, o BNDE acabou vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio, e não mais a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Em maio de 1982 a instituição assumiu atribuições da vertente social, o que levou a agregação do S em seu nome, o qual passou a se chamar Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Quanto a fonte de recursos da

instituição, de acordo com Amorosino (2016), cerca de 80% advém do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, popularmente conhecido por FAT.

De acordo com o site do BNDES, atualmente, o apoio oferecido ocorre através de “financiamento a investimentos, subscrição de valores mobiliários, prestação de garantia e concessão de recursos não reembolsáveis a projetos de caráter social, cultural e tecnológico”, sendo que sua atuação se dá por meio de produtos, programas e fundos, a depender da modalidade e da característica das operações.

Entre os indexadores do empréstimo do BNDES, até 2017, estava a Taxa de Juros de Longo Pazo (TJLP). Esta, foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31 de outubro de 1994, publicada no Diário Oficial da União em 03 de novembro de 1994 e foi utilizada como parâmetro para a definição do custo básico dos financiamentos fornecidos pelo BNDES. A TJLP era definida pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada pelo Banco Central (BACEN). Possuía o tempo de vigência de três meses (trimestral) e consistia em uma taxa inferior as praticadas por outros bancos e a que o governo utilizava para pagar os compradores de títulos públicos. Para sua definição, o conselho monetário levava em consideração a meta de inflação calculada *pro rata* para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, baseada ainda nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional e o prêmio de risco.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a TJLP foi substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP). Esta compõe a taxa de juros final, juntamente com as remunerações (spreads) do BNDES e dos bancos repassadores e a taxa de risco de crédito do cliente: juros reais pré-fixados (TLP-Pré) e da inflação (IPCA). Diferentemente da TJLP, a TLP deve se igualar a taxa de juros do mercado em um período de cinco anos, tendo como base um dos títulos públicos emitidos pelo tesouro, o NTN-B, logo, as taxas dos financiamentos aumentaram e deixaram de ser tão subsidiadas. Atualmente, a TLP é de 6,49%.

O BNDES conta ainda com uma subsidiária denominada FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Novos), além de operações no mercado de capitais através de sua subsidiária BNDESPar, sociedade por ações responsável por realizar investimentos em empresas de capital aberto, por meio da compra de ações, títulos e participações societárias destas. De acordo com ata da 5ª assembleia geral extraordinária realizada em 29 de junho de 2018:

A BNDESPAR tem por objetivo o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento ao mercado de capitais, bem como o incentivo e

o apoio a empreendimentos e operações, abrangidos por seu objeto social (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, s/pg, 2018).

Logo, todos os incentivos fornecidos pelo BNDES, devem estar atrelados a ideia de desenvolvimento e de benefícios para a sociedade como um todo. A indústria de carne (tema do próximo capítulo), foi e é um dos segmentos mais favorecidos pelo órgão.

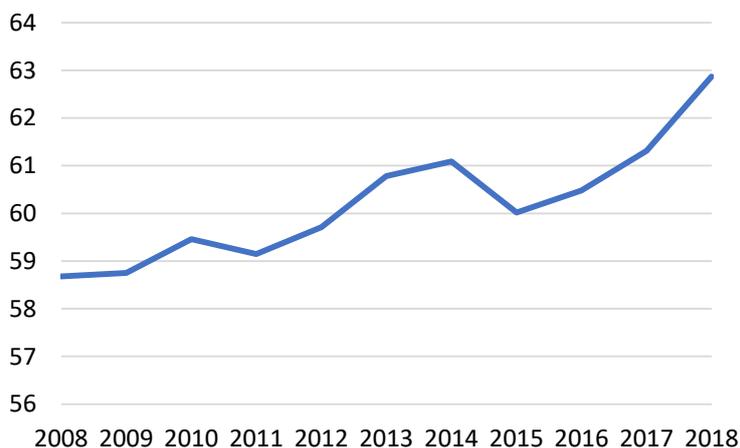
CAPÍTULO 2: PRODUÇÃO PECUÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

2.1 A indústria de carne em números

A bovinocultura é uma atividade de relevância socioeconômica. A pecuária, a qual envolve desde a produção a comercialização de produtos e subprodutos de gênero alimentício, movimenta um grande número de agentes e estruturas, gera renda e cria empregos em seus diversos segmentos.

Atualmente (ano de 2019), segundo o Farmnews (2019), espera-se que a produção mundial de carne bovina aumente de maneira a obter recorde de produção, alcançando 63,62 milhões de toneladas, com crescimento de 1,2% frente as 62,87 milhões de toneladas em 2018.

Gráfico 1: Evolução da produção mundial de carne de boi, em milhões de toneladas



Fonte: Adaptado de FARMNEWS, 2019.

Em relação ao consumo mundial, se prevê o alcance de 61,73 milhões de toneladas, 1,0 milhão a mais que em 2017.

O Brasil assume posição de destaque quando o assunto é o ramo de proteína animal. Especificamente em relação a bovinocultura, têm-se que o rebanho brasileiro é de 218,23 milhões de cabeças de gado, número maior que a própria população, a qual passou dos 207 milhões de pessoas em 2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Ademais, o país é grande produtor, exportador e consumidor da proteína.

Segundo a SCOT Consultoria (2018), o país ocupa a posição de segundo maior produtor de carne bovina, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (EUA); em terceiro, quarto e quinto lugar estão, respectivamente, a União Europeia (UE), China e Índia. Em 2017, conforme aponta a BeefPoint (2017), o Brasil foi responsável por 23% do rebanho mundial (ficando atrás da Índia com 30%) e por 16% de toda a produção (contra 19% dos EUA). Vale destacar ainda que no período, o país assumiu o posto de maior exportador do produto, respondendo por 18% das exportações mundiais. Em termos de consumo, o Brasil carrega o título de terceiro maior consumidor (participação de 13,03%), de acordo com o Farmnews (2018), atrás dos EUA (participação de 20,67%) e da China (participação de 14%), mas este, vem diminuindo. Abaixo estão relacionados os dados referentes a evolução da produção, exportação e consumo de carne bovina, assim como da variação das exportações e a participação da produção nacional nas exportações.

Quadro 3 – Produção, exportação, consumo e participação das exportações na produção nacional

Ano	Produção	Exportação (carne bovina in natura e industrializada)	Var. Exportação	Participação (%)	Consumo interno (kg)
1999	6.567.033	\$323,60	/	8,24%	35,3
2000	6.455.921	\$388,50	20,1%	8,58%	36,3
2001	6.753.739	\$520,70	60,9%	11,69%	35,3
2002	6.952.308	\$536,10	65,7%	13,36%	36,6
2003	7.159.240	\$765,00	136,4%	16,87%	36,4
2004	7.576.933	\$1.434,00	343,1%	21,52%	36,4
2005	8.151.498	\$1.928,40	495,9%	22,79%	36,5
2006	8.600.230	\$2.212,50	583,7%	24,43%	37
2007	7.783.293	\$2.588,90	700,0%	28,20%	*
2008	9.020.000	\$3.149,90	873,3%	*	*
2009	8.930.000	\$2.166,30	569,4%	*	*
2010	9.110.000	\$2.954,70	813,0%	*	*
2011	9.030.000	\$3.075,90	850,4%	*	33,6
2012	9.300.000	\$3.212,30	892,6%	*	*
2013	9.670.000	\$3.815,80	1079,1%	*	*
2014	9.720.000	\$4.267,20	1218,6%	*	*
2015	9.420.000	\$3.317,70	925,2%	*	30,6
2016	9.620.000	\$3.285,40	915,2%	*	*

Fonte: Elaborado a partir dos dados: Produção: FNP – Anualpec (2008) – produção em tonelada equivalente carcaça e Farmnews (2018) / Exportação (em milhões de toneladas) e Variação da exportação: FARMNEWS (2018) / Participação: Caleman e Cunha (2011) / Consumo interno: (de 1999 a 2006) Abiec (2008) e (2011 e 2015) FARMNEWS (2018). * não encontrado.

No primeiro quadrimestre de 2019, entre os maiores importadores de carne bovina brasileira, aparecem em destaque China, Hong Kong e Egito respectivamente, como ressalta o quadro abaixo.

Quadro 4 - Maiores compradores de carne bovina do Brasil no 1º quadrimestre de 2019, segundo dados do MDIC

Países	Jan. a Abr
China	\$ 442,39
Hong Kong	\$ 244,79
Egito	\$ 121,18
Chile	\$ 118,92
Irã	\$ 114,29
E. Árabes Unidos	\$ 110,31
Itália	\$ 52,30
Rússia	\$ 50,18
Arábia Saudita	\$ 48,23
Israel	\$ 43,36
Outros	\$ 327,91

Fonte: Farmnews (2019).

2.2 A agroindustrialização do setor de carne bovina brasileira

O abate de bovinos no Brasil teve início no começo do século XX a partir da instalação de multinacionais que com capital de origem norte americana e inglesa, iniciaram o comércio de carne enlatada e congelada e mantiveram-se líderes do segmento até a década de 70, tendo como principal foco a exportação. Eram elas: as norte americanas Armour & Co., Swift & Co., Wilson & Co. e a britânica Anglo (RELATÓRIO SETORIAL GAZETA MERCANTIL, 1998 *apud* PIGATTO, 2001)

O intuito desses investidores era transformar o país instrumento de fornecimento de produtos de origem animal para o mundo, isso em decorrência da grande demanda internacional durante e após a Primeira Guerra Mundial (ARRUDA; SUGAI, 1994).

Segundo Pigatto (2001) no início da instalação da indústria de carne no Brasil, enquanto a grande produção dos frigoríficos multinacionais destinava-se ao mercado

externo, para abastecimento interno havia pouco produto disponível, uma vez que os encarregados para suprirem a demanda eram os pequenos abatedouros.

Especificamente até o ano de 1943, no período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial, houve redução acentuada no abastecimento interno, isso porque observou-se um elevado índice de abates desordenados realizados com o intuito de atender a demanda do mercado externo. Essa situação levou o governo a intervir por meio da proibição das exportações e do tabelamento dos preços da carne.

Com o crescimento do processo de urbanização no Brasil entre os anos 40 e 50, houve expansão da produção destinada ao consumo nacional, uma vez que surgiram frigoríficos de médio porte dotados de tecnologia que produziam em quantidades significativamente maiores que os abatedouros convencionais. Estes se expandiram principalmente na década de 70, formando grandes unidades produtivas, beneficiando-se da formação dos transportes rodoviários, que possibilitaram o surgimento de um mercado nacional integrado e grupos regionais de consumo (CAMPOS, 1994).

Ocorre ainda nesse período, um processo de reestruturação da cadeia produtiva. O gado chega ao Centro-Oeste através de pecuaristas que para lá migram em busca de terras mais baratas. O governo emite medidas protetivas à indústria, permitindo a exportação apenas de carnes industrializadas em virtude de seu maior valor agregado, o que leva as grandes multinacionais frigoríficas a terem que disputar mercado interno em segmentos específicos, o que não oferecia a elas as mesmas vantagens antes alcançadas com a venda para o mercado externo. Consequentemente, conforme aponta Malheiros, Borges e Cunha (1996) os frigoríficos exportadores de carne bovina tiveram que enfrentar a concorrência no mercado interno em segmentos específicos que não apresentavam a vantagem competitiva antes alcançada com a venda para o exterior. Sendo assim, as multinacionais que antes dominavam o setor venderam suas unidades para estabelecimentos nacionais, como foi o caso da Armour & Co., a Swift & Co. e a Wilson & Co. A indústria de carne, antes formada por meio de capital estrangeiro, passa então a ser construída com recursos próprios do país.

No final da década de 80, as grandes indústrias de aves e suínos passam a adquirir os frigoríficos de carne bovina concentrando cada vez mais o setor (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA; INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL; SEBRAE NACIONAL., 2000). Na década de 90, o grupo Kaiowa decretou falência, em 1993 a Anglo foi vendida (última multinacional ainda presente no país), e a Bordon no segundo semestre de 2000 foi comprada pelo grupo Bertim. É nesse momento que novos

grupos começam a despontar na liderança do setor, como os frigoríficos Bertin, Independência, Minerva e a Friboi (PIGATTO, 2001), esta última em 2007 adquiriu a empresa norte americana Swift e se tornou o JBS-Friboi, assumindo o posto de maior frigorífico do mundo (YATABE, 2009 *apud* Golani; Moita, 2010). Vale destacar ainda, mais recentemente a Ascensão da Brasil Foods S/A, que surgiu da fusão entre a Sadia S/A e a Perdigão S/A. Das maiores empresas que atuam no mercado mundial, hoje aparecem em destaque a JBS S/A e a Brasil Foods S/A, as quais são consideradas de grande expressividade no volume de vendas de carne processada (PIGATTO, 2011).

2.3 Principais empresas brasileiras do ramo

Segundo pesquisa realizada pela ONG Repórter Brasil em 2013, a cada 10 dólares de faturamento com exportação de carne dos frigoríficos do Brasil, pelo menos 8 tinham como destino três das maiores empresas do ramo, são elas: JBS, Marfrig e Brasil Foods.

A JBS fundada em 1953 por José Batista Sobrinho adquiriu várias empresas concorrentes e atualmente é a maior produtora de carne do mundo com um lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão somente no primeiro trimestre de 2019 (JBS, 2019). Sua atuação se dá no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. A Brasil Foods por sua vez foi criada em 2009 da fusão entre a Sadia e a Perdigão e sua receita líquida em 2018, atingiu R\$ 34,5 bilhões (BRASIL FOODS, 2019). Já a Marfrig ocupa o terceiro lugar no quesito maiores produtores de carne da América Latina, adquiriu a Seara, uma das empresas mais reconhecidas no segmento de aves e embutidos em 2009, e seu faturamento em 2018 chegou a R\$ 29,7 bilhões (MARFRIG, 2019). Atualmente, estas duas últimas empresas discutem uma possível fusão que formaria a segunda maior empresa do setor no Brasil em valor de mercado, atrás apenas da JBS (G1, 2019).

Outra empresa que merece destaque é a Minerva Foods que possui 11 frigoríficos, uma planta de processamento, nove centros de distribuição e 13 escritórios internacionais, com uma receita líquida que atingiu em 2017 R\$ 12,1 bilhões (MINERVA FOODS, 2019).

Quadro 5 - Participação dos grupos de capital aberto no abate anual de bovinos com inspeção federal no Brasil, de 2006 a 2015, em milhões de cabeças

Empresa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

JBS	3,41	3,62	3,9	5,92	6,48	6,92	7,37	8,68	9,38	8,29
Marfrig	2,36	2,46	2,48	1,57	2,65	2,58	2,42	2,69	2,76	2,15
Minerva	0,79	0,91	1,04	1,29	1,44	1,69	1,71	2,01	2,13	2,28
BRF	-	-	-	0,38	0,52	0,54	0,54	0,48	0,48	0,16
Soma	6,56	6,99	7,42	9,16	11,09	11,74	12,04	13,86	14,75	12,88
Abate Brasil	24,87	25,15	22,37	21,26	21,89	21,84	23,49	26,65	26,88	22,8
Participação	26,40 %	27,80 %	33,20 %	43,10 %	50,70 %	53,70 %	51,20 %	52,00 %	54,80 %	56,40 %

Fonte: Carvalho e De Zen (2017).

De acordo com Carvalho (2016), essas quatro empresas detêm mais de 30% das unidades frigoríficas existentes no país, sendo responsáveis por quase 60% dos abates realizados por dia, como pode-se notar no quadro acima, onde é possível observar ainda um grande salto no período exposto, com ênfase para a JBS, a qual passou de 3,41% (em 2006) para 8,29% (em 2015) de representatividade nos abates nacionais. A ascensão dessas indústrias, em especial a JBS, muito se deveu a fatores como o apoio oferecido pelo governo.

CAPÍTULO 3: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS NA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE

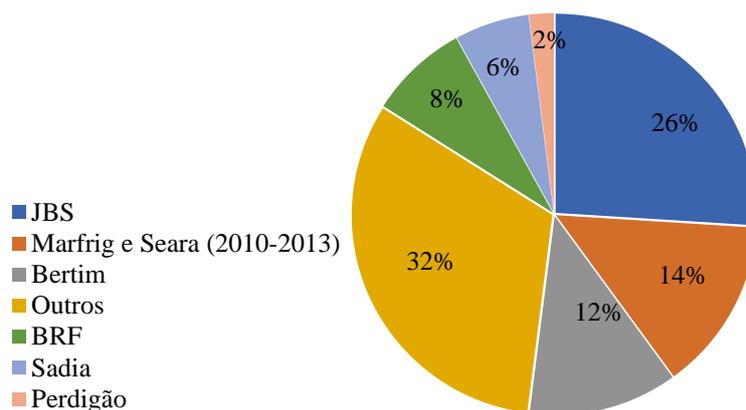
3.1 Frigoríficos brasileiros e o apoio via BNDES

A ascensão das indústrias anteriormente citadas, em especial da JBS em muito foi desencadeada pelo apoio oferecido pelo governo. O segmento de proteínas é um dos mais subsidiados do setor agrícola, principalmente no que se refere aos desembolsos via BNDES, quando considerado o período a partir do início do século XXI.

De 2005 a 2016, o BNDES desembolsou R\$ 31,2 bilhões para os frigoríficos. Destes, R\$ 18,8 bilhões via crédito e R\$ 12,4 bilhões em operações de mercado de capitais. Especificamente para a JBS (considerando-se os aportes feitos a Bertin, incorporada pela empresa) foram destinados 8,1 bilhões (somente de 2007 a 2010) (RELATÓRIO FINAL DA CPI DO BNDES, 2018). Abaixo a divisão do apoio do BNDES aos principais frigoríficos.

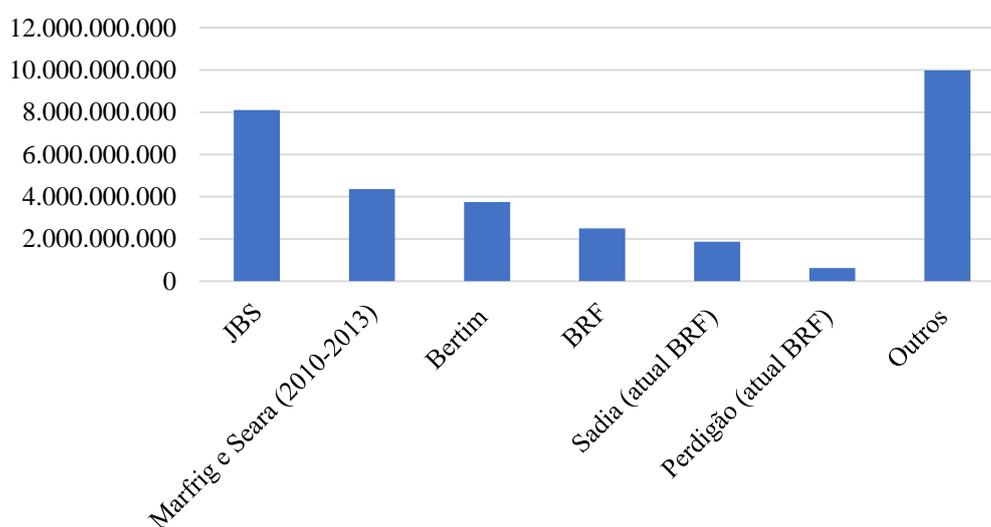
Gráfico 2 - Divisão do apoio do BNDES e BNDESPAR ao setor de carnes (2005-2016)

(%)



Fonte: Relatório final da CPI do BNDES, 2018.

Gráfico 3 - Divisão do apoio do BNDES e BNDESPar ao setor de carnes (2005-2016)
(R\$)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do relatório final da CPI do BNDES, 2018.

Dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES (de 2004 a 2012), segundo o site oficial do banco, aparecem três grandes frigoríficos nacionais. Abaixo o posicionamento destes em grau de importância e o volume de recursos adquiridos.

Quadro 6 - Posicionamento e volume de recursos dos frigoríficos que aparecem entre os 50 maiores tomadores de recursos do banco (2004 a 2012)

Empresa	De 2004 a 2006		De 2007 a 2009		De 2010 a 2012	
	Posição no Ranking	Volume de Recursos	Posição no Ranking	Volume de Recursos	Posição no Ranking	Volume de Recursos
JBS S.A	19°	1.034 M	10°	4.348 M	32°	1.881 M
BRF - BRASIL FOODS S.A	21°	903 M	22°	1.658 M	43°	1.481
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A	*	*	38°	1.101 M	16°	2.870 M

M: milhões; *A empresa não aparece no ranking no período em específico.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do BNDES, 2019.

Não por acaso, as 3 empresas objeto de estudo estiveram entre os 40 maiores tomadores de recursos da entidade. Abaixo, a relação de algumas das principais operações realizadas pelas companhias via BNDES, segundo o portal transparência do banco.

Quadro 7 – Principais operações das empresas JBS, BRF e Marfrig via BNDES

Empresas	JBS	BRF	Marfrig
Operações	Recursos		
Operações diretas e indiretas não automáticas	R\$ 200.000.000 em 2010, para Aquisições e Giro	R\$ 2.761.472.517 (2006 a 2008, 2010 a 2012 e 2015), para Modernização e ampliação de unidades produtoras	R\$ 219.542.183 (2007 e 2010), via BNDES Finem
Operações de exportação Pré-Embarque	R\$ 1.031.758.500 (2006 a 2011), via BNDES Exim Pré-Embarque	R\$ 1.010.727.500 (2008 a 2011), via BNDES Exim Pré-Embarque	R\$ 225.094.150 (2006, 2007, 2010 e 2011), via BNDES Exim Pré-Embarque
Operações de Renda Variável	R\$ 4.949.841.981 (2007 a 2010), via Subscrição e integralização de ações e debêntures para internacionalização	R\$ 405.439.060 (2007 e 2009) via Participação acionaria	R\$ 3.599.891.386 (2007 a 2010 e 2012), via Subscrição e integralização de ações e debêntures para internacionalização e modernização
Operações Indiretas Automáticas	R\$ 921.928.787 (2006 a 2016), via BNDES Finame	R\$ 50.000.000 em 2009, via BNDES Automático	R\$ 2.209.151 (2006, 2007 e 2010), via BNDES Finame
Total	R\$ 7.103.529.268,00	R\$ 4.227.639.077,00	R\$ 4.046.736.870,00

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Portal Transparência do BNDES, 2019.

Segundo informações do site do BNDES, a seguir são descritos os métodos de financiamentos acima expostos:

Operações diretas e indiretas não automáticas: no método indireto, as operações são realizadas pelas instituições financeiras credenciadas pelo BNDES no valor mínimo de R\$ 10 milhões. Entretanto, é necessário que esta apresente uma Consulta Prévia do financiamento, a qual será encaminhada ao BNDES para posterior análise e aprovação. Como exemplo dos recursos financiáveis pela linha, está a aquisição de máquinas e equipamentos. As operações diretas por sua vez, compreendem aquelas que o valor financiado ultrapassa os R\$ 10 milhões e onde se faz necessário apresentar o pedido ao BNDES via Roteiro de Pedido de Financiamento, o qual constitui-se como um documento onde são apontados aspectos como as características básicas da empresa e do empreendimento. Esses financiamentos são realizados via BNDES Finem. Este último é voltado para projetos de investimento que de alguma maneira priorizem aspectos que proporcionem benefícios a sociedade, como por exemplo segurança pública, meio ambiente, geração de energia solar, produção de alimentos e biocombustíveis, entre outros.

Operações de exportação Pré-Embarque: consiste em um financiamento para a produção de bens com a finalidade de exportação. Nela, o exportador solicita a uma instituição credenciada o montante a ser financiado, o BNDES avalia e, se aprovada, a transação é feita, devendo o exportador produzir os bens e o exportar, assim como pagar as parcelas via agente financeiro.

Operações de Renda Variável: a atuação do BNDES em renda variável se dá através das modalidades: Subscrição de Valores Mobiliários como ações ou debêntures conversíveis; Participação em Fundos de Investimento; Aquisição de Ações em Pregão na Bolsa de Valores e Aquisição de Certificados de Investimento. Empresas de capital aberto são beneficiadas ainda pelo apoio a operações privadas estruturadas ou através da participação da BNDES Participações S.A em ofertas públicas.

Operações indiretas automáticas: são voltadas para o credenciamento de máquinas e equipamentos especialmente. Como exemplo das linhas de financiamento que se enquadram nesse quesito estão, por exemplo: o BNDES Finame (caracterizado pelo financiamento destinado para a produção e comercialização de máquinas e equipamentos) e obras citadas e o BNDES Automático (destinado a projetos de investimento e programas de capital de giro).

De acordo com o BNDES (2019), o apoio ao setor de carnes, com destaque para a JBS, teve como objetivo a execução da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior iniciada em 2004 e com maior vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo de 2007, a qual determinou setores estratégicos para o apoio do banco, entre os quais o setor de carnes e a JBS se inserem através do Programa “Consolidar e Expandir a Liderança” com o intuito de: “(i) Consolidar o Brasil como o maior exportador mundial de proteína animal; (ii) Fazer do Complexo Carnes o principal setor exportador do agronegócio brasileiro.” (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), 2008, pg 33).

A política tinha como “objetivo central dar sustentabilidade à expansão da economia” e como objetivos particulares “incentivar e ampliar os investimentos produtivos, elevar as taxas de crescimento da economia brasileira e permitir que tal crescimento se dê em bases sustentáveis” (IEDI, 2008, pg 1). Cabia ao BNDES, segundo a política o incentivo a projetos de investimento a partir dos 210,4 bilhões a ele destinados.

A política ainda eliminou a incidência de IOF (alíquota de 0,38%) das operações de crédito do BNDES e do Finepe, além de reduzir 20% no spread básico das linhas do BNDES (redução de 1,4% para 1,1% ao ano) e de 40% para bens de capital (redução de 1,5% ao ano para 0,9% ao ano). Além disso, o prazo do financiamento da linha FINAME passou de cinco para dez anos.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: O EFEITO DO SUBSÍDIO PARA EMPRESAS BENEFICIADAS, PARA O BANCO E PARA A PRODUÇÃO E CONSUMO DE CARNES NO BRASIL

A indústria frigorífica brasileira vem apresentando rápida concentração no que diz respeito a sua estrutura produtiva. Como já mencionado, em 2015 apenas 4 empresas controlavam 56,40% do abate nacional (JBS, BRF, Marfrig e Minerva), em 2006 o nível de concentração era de 26,40% (CARVALHO E DE ZEN, 2017). Estes frigoríficos tornaram-se os grandes compradores de matéria prima e vendedores de carne e derivados.

Como consequência, os frigoríficos passaram de pequenos e pulverizados (210 estabelecimentos legalizados no final dos anos 1970, com capacidade média de abate de 50.000 cabeças/ano - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2008) para grandes e concentrados em regiões específicas do país (as maiores produtoras) sendo elas,

o Estado de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Este último em 2009 acomodava 80 plantas industriais, com capacidade de abate médio de cerca de 185.000 cabeças/ano conforme aponta a Associação das Indústrias Brasileiras Exportadoras de Carne (ABIEC), 2009.

De acordo com Golon e Moita (2014), os pecuaristas caminharam em sentido oposto à concentração dos frigoríficos processadores, pois, mantiveram-se em grande número e espalhados pelo país, com uma produção pequena por produtor. Tal fato caracteriza a cadeia produtiva da carne para traz um oligopsônio, ou seja, com muitos ofertantes pecuaristas e poucos frigoríficos processadores demandantes, como pode-se observar no quadro abaixo.

Quadro 8 - Quantidade Média de Bovinos por Produtores no Brasil (1980 – 2017)

	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Produtores *	3.390.582	3.748.024	3.604.343	-	-
Bovinos	118.085.608	128.041.757	153.058.275	176.147.501	171.858.168
Rebanho Médio/Produtor	35	34	42	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2017. * Proprietários de terra – informação não encontrada

O Censo Agropecuário de 2006 constatou que, no período, cerca de 33,99% dos pecuaristas detinham até nove animais, 53,97% possuíam entre 10 a 99, 9,60% de 100 a 499 e apenas 2,42% eram proprietários de mais de 500 cabeças, o que ressalta o fato relatado acima.

Essa mudança estrutural, a montante (em direção aos pecuaristas), e a jusante (em direção aos consumidores), tende a conceder maior poder aos frigoríficos, tanto no que se refere a aquisição de matéria prima (como concluiu Golon e Moita (2014)), como no estabelecimento do preço do produto a ser pago pelo consumidor final, propenso a elevação.

Abaixo estão expostas as informações coletadas da PDP, série histórica do preço do boi gordo e da carne vendida ao consumidor final e dados das demonstrações financeiras dos frigoríficos JBS, Marfrig e BRF.

4.1 O impacto dos incentivos via BNDES no resultado financeiro dos frigoríficos estudados (de 2006 a 2016)

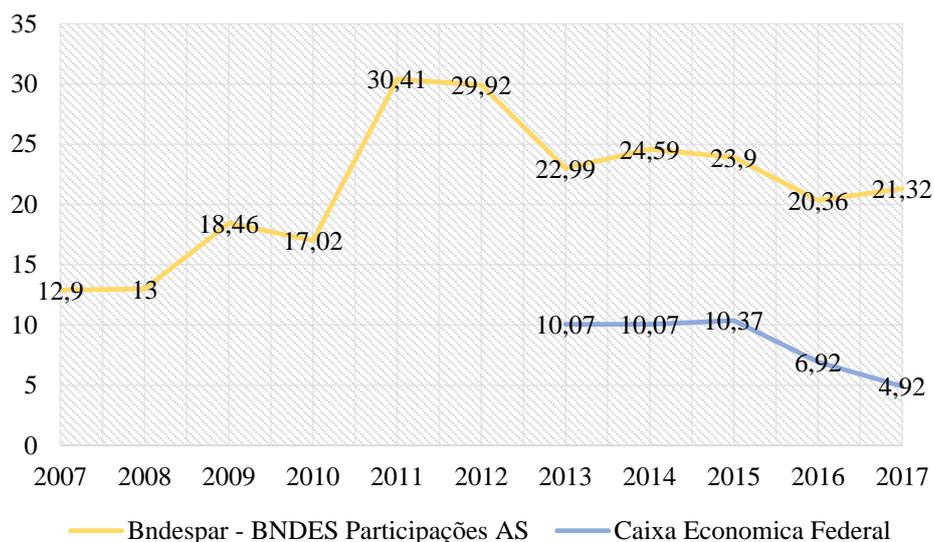
4.1.1 JBS S.A

Especificamente em relação a JBS, dos recursos financiados de 2006 a 2016 (período objeto de estudo tendo em vista os incentivos fartos oferecidos aos frigoríficos nacionais no período), grande parte adveio do Banco Nacional de Desenvolvimento, sendo que as principais transações, estiveram ligadas a internacionalização da companhia, com ênfase na compra de outras empresas através de benefícios concedidos especialmente via renda variável por meio do BNDESPar. Em 2005, a empresa deu início a seu processo de internacionalização, contudo foi apenas em 2007 que a instituição começou a fazer suas aquisições relevantes, muito devido ao apoio do banco. Logo de início, observa-se que, ao invés do BNDES financiar a empresa a juros – como faz um banco de investimento –, o banco injetou dinheiro na companhia em troca de tornar-se seu sócio.

Os aportes realizados pelo BNDESPar, tiveram início, como já mencionado, em 2007 (mesmo ano em que a empresa abriu seu capital), sendo que estes deram-se a partir de participação acionaria, e posteriormente debêntures conversíveis. No período, a JBS era pouco internacionalizada, com receita de R\$ 4 bilhões ao ano. Em 2016, já líder global, as vendas anuais atingiram R\$ 163 bilhões (crescimento de aproximadamente 3.975%), com destaque para a participação da mesma em todos os continentes.

Não por acaso, em 2012 o BNDES (maior acionista da JBS fora do grupo FB Participações juntamente com a Caixa Econômica Federal) chegou a deter cerca de 30% das ações da empresa, como aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Participação (em %) do BNDES e da Caixa Econômica Federal na JBS



Fonte: Economática *apud* Infomoney; dados do BNDESPar de 2007 a 2012 (Folha).

Dos investimentos realizados, cabe ressaltar as transações abaixo, as quais totalizaram R\$ 5.610.441.980,80 no período de 2007 a 2010 e tiveram como objetivo o incentivo a aquisição de outras companhias por parte da JBS.

Quadro 9 – Cronograma de transações da JBS através do BNDESPar

Data do Investimento	Valor Total do Investimento (R\$)	Objetivo
06.07.2007	1.115.581.927,98	Apoiar a aquisição da Swift Foods Company
09.08.2007	21.424.325,92	
17.04.2008	635.400.000,00	Apoiar a aquisição das companhias National, Smithfield e Five Rivers
18.04.2008	335.267.813,30	
28.05.2008	25.200.000,00	
30.12.2009	2.265.280.493,00	Apoiar a aquisição da Pilgrim's e associação a Bertim
05.02.2010	1.211.377.505,20	
12.02.2010	909.915,40	

Fonte: Relatório final da CPI do BNDES, 2018.

Além dos investimentos apontados anteriormente, o BNDES concedeu o montante de R\$ 2.499.929.732 à Bertim (em 2008), empresa incorporada em 2010 pela JBS, totalizando R\$ 8.110.371.712,80.

A primeira operação do BNDESPar, objetivou o apoio a aquisição da *Swift*, empresa norte americana considerada na época a terceira maior processadora de carne bovina e de porco do mundo. Tal fato permitiu a JBS assumir o posto de maior empresa de alimentos de origem bovina. A segunda operação envolveu a compra das também norte

americanas *National*, *Smithfield* e *Five Rivers*, consideradas referências mundiais no setor de carne bovina. Por fim, a terceira operação possibilitou a aquisição da Pilgrim's (grande produtora de frango) e associação a Bertim (conglomerado atuante nas áreas de Infraestrutura, Energia, Equipamento de Proteção, Agronegócio, Alimentação e Hotelaria), única empresa brasileira entre as transações apoiadas.

O reflexo destas operações pode ser observado especialmente no patrimônio líquido, no caixa, equivalentes e aplicações e na receita líquida da empresa. Abaixo a oscilação destas contas no período dos investimentos acima mencionados e no período estudado:

Quadro 10 – Variação do patrimônio líquido, da receita operacional líquida e do caixa, equivalentes e aplicações de curto prazo da JBS no período estudado

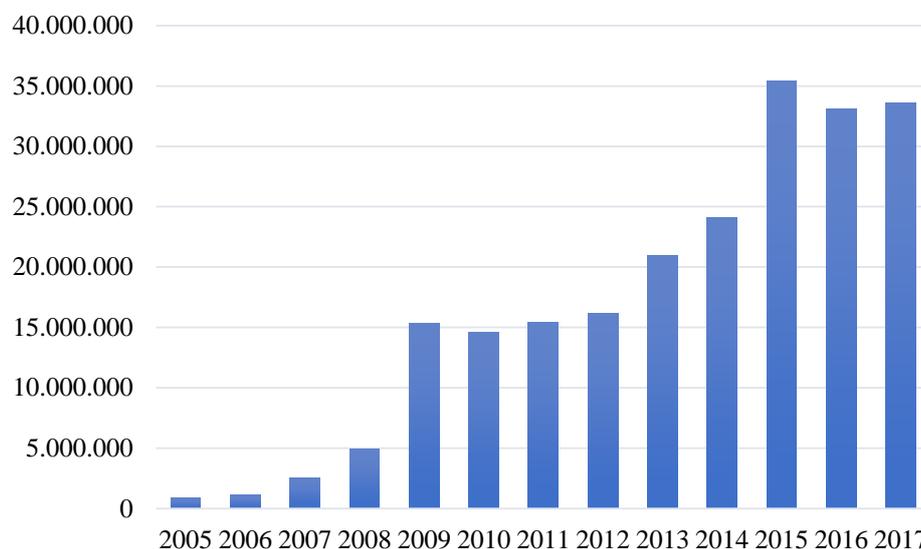
Ano	Patrimônio Líquido	Receita Operacional Líquida	Caixa, Equivalentes e Aplicações de Curto Prazo
2006	-51,51%	20,26%	-30,29%
2007	1568,76%	228,75%	305,38%
2008	100,83%	114,54%	116,53%
2009	212,18%	*	121,13%
2010	5,98%	*	-19,59%
2006 em relação a 2010	10.987,64%	1.171,89%	1.460,71%
2010 em relação a 2016	22,76%	211,40871	129,60%
2006 em relação a 2016	13.511,20%	3.860,79%	3.483,55%

*não calculado porque não foi encontrada a demonstração do resultado do exercício da empresa do ano de 2009. Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O maior crescimento pode ser observado no patrimônio líquido da empresa, como esperado, tendo em vista as aquisições realizadas. A maior ascensão em termos de patrimônio, receita e caixa, equivalentes e aplicações, se dá em 2007, quando concretizada a aquisição da Swift. Este ano compreendeu uma recuperação do patrimônio, uma vez que este apresentava-se em declínio. De 2006 a 2010, o patrimônio cresceu 10.987,64%, a receita 1.171,89% e o caixa, equivalentes e aplicações 1.460,71%. 2010 a 2016 também apresentou crescimento em todos os itens analisados, mas em menor nível que 2006 em relação a 2010. De 2006 a 2016, o patrimônio registrou variação de 13.511,20% (passou de R\$ 183.045,00 para 24.914.627 (milhares de reais)), a receita de 3.860,79% (passou de R\$ 4.301.682,00 para R\$ 170.380.526,00 (milhares de reais)) e o caixa, 3.483,55% (passou de R\$ 261.071,00 para R\$ 9.355.622,00 (milhares de reais)).

Além dos incentivos via BNDESPar, vale ressaltar ainda os financiamentos da linha Pré Embarque realizados de 2006 a 2011, no valor total de R\$ 1.031.758.500,00. Neste mesmo período, como consequência, as receitas oriundas do mercado externo tiveram crescimento de 525,36%, passando de R\$ 2.504.195 para R\$ 15.660.294 (milhares de reais) o que auxiliou na internacionalização da companhia. Em 2016, a receita já alcançava os R\$ 48.625.396,00 milhares de reais, variação de 1.841,75% frente a 2006. A receita total alcançava ainda os R\$170.380.526 milhares de reais (em 2006 era de apenas R\$ 4.749.051 milhares de reais). Ademais, os R\$ 921.928.787,00 financiados via FINAME, no período de 2006 a 2016, impactaram diretamente no imobilizado da empresa

Gráfico 5 – Evolução do Ativo Imobilizado da JBS (em milhares de reais)

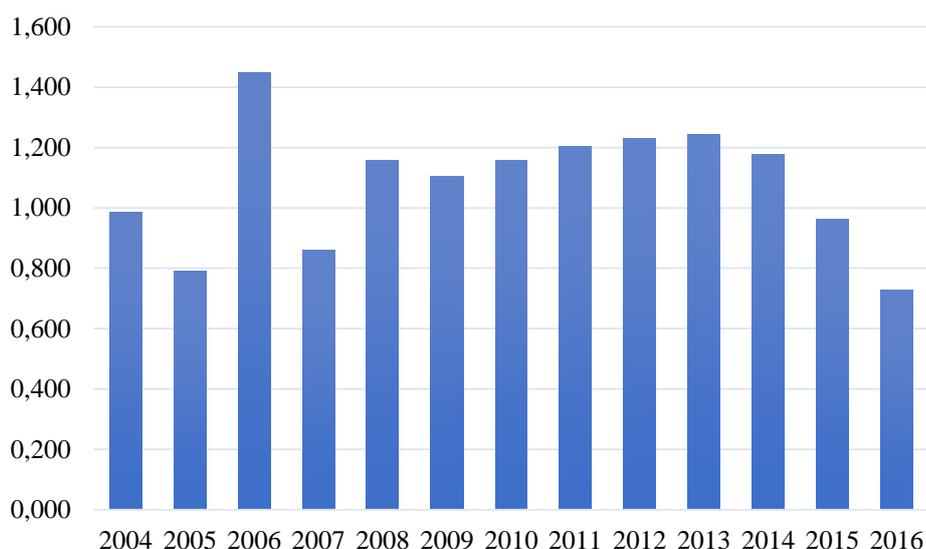


Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

Em 2005, o ativo imobilizado era de pouco mais de R\$840.000 milhares de reais, sendo que a partir do período estudado ele começa a aumentar, alcançando mais de R\$ 33.500.000 milhares de reais, salto de 3.888% frente a 2006.

Como resultado do impulso provocado pelos investimentos do banco na JBS, houve impacto nos índices de liquidez seca da empresa, como aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 6 – Índice de Liquidez Seca da JBS



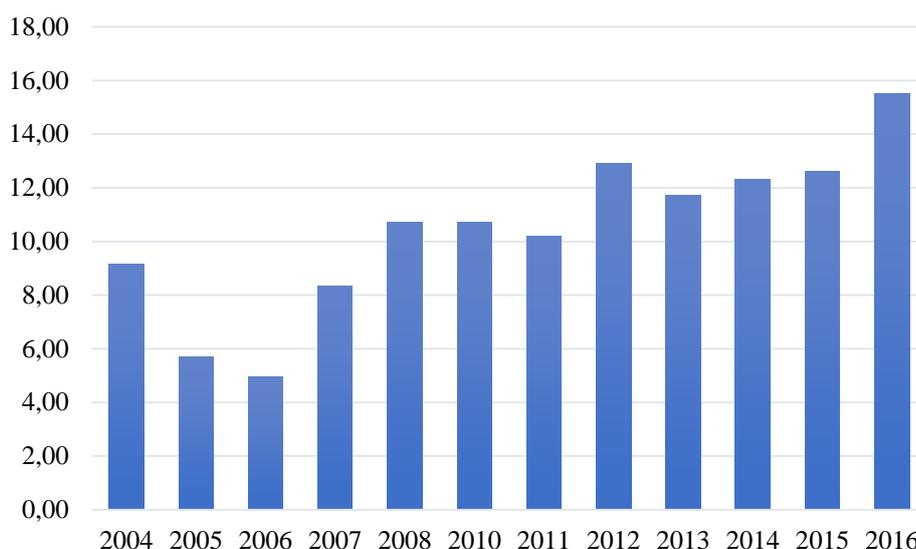
Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

Considerando a alavancagem financeira tornado a partir dos subsídios oferecidos pelo BNDES, é possível afirmar que mesmo em condições de endividamento derivado do financiamento público, tem-se resultado mais que proporcional nas receitas, que por sua vez impactam o Índice de Liquidez Seca.

Levando-se em consideração que um índice bom é aquele superior a 1 nota-se que em 2004 e 2005, os índices eram desfavoráveis (abaixo de 1), já de 2006 a 2016, com os incentivos do BNDES, a maioria dos indicadores tornam-se favoráveis, com destaque para 2006 (1,449), o que evidencia uma queda dos estoques em relação aos ativos de curto prazo da empresa.

A diminuição do estoque está ligada ao aumento no volume de vendas da empresa, já apontado anteriormente, e que influenciou ainda na melhora do índice de giro de estoque da companhia, como ressalta o gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Índice de Giro de Estoque da JBS

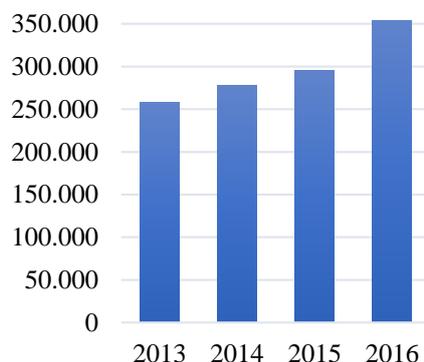


Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

De 2004 a 2006 o índice cai, mas a partir de 2008 começa a subir, passando de 9,46 em 2004 para 15,51 em 2016, ou seja, a empresa girou estoque mais vezes no ano, fator positivo e que reflete o aumento das vendas que variou, como exposto anteriormente, 1.841,75% de 2006 a 2016, influenciado em grande parte pelos incentivos do BNDES.

Os recursos fartos no período, possibilitaram ainda a efetuação de investimentos pela companhia, antes não realizados, com destaque para os R\$ 354.134 milhares de reais investidos em 2016.

Gráfico 8 – Investimentos Realizados Pela JBS (em milhares de reais)



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

Logo, observa-se que os incentivos fornecidos pelo BNDES, tanto em relação ao BNDESPar quanto aos financiamentos, surtiram efeito positivo no que diz respeito aos

indicadores financeiros da JBS, indicando expressivo crescimento da companhia principalmente em relação a patrimônio, imobilizado, receita e caixa, possibilitando principalmente a sua internacionalização através da aquisição de empresas norte americanas e aumento do volume de vendas no mercado externo. Uma empresa até então pouco internacionalizada, torna-se a maior empresa de carne do mundo, com destaque para a sua participação em todos os continentes.

4.1.2 Marfrig Global Foods

Assim como no caso JBS, a maior parte dos R\$ 4.368.000.000,00 disponibilizados pelo BNDES à Marfrig, deram-se através de renda variável (R\$ 3.599.891.386,00) (novamente o banco optou por tornar-se sócio da empresa ao invés de financiá-la a juros). Em 2007, quando a instituição abriu seu capital, o BNDESPar comprou cerca de 4% em seu *Initial Public Offering* (IPO), Oferta Pública Inicial de ações, de acordo com notícia publicada pelo Estadão (2010). Em 2017, segundo *Economática apud Infomoney*, essa participação alcançou os 32,5%, o que fez do banco o segundo maior acionista da companhia. Abaixo os investimentos efetuados pela entidade na empresa.

Quadro 11 – Cronograma de transações da Marfrig através do BNDESPar

Data do Investimento	Valor Total do Investimento (R\$)	Objetivo
2007	102.000.000	Apoiar a ampliação da capacidade produtiva e a aquisição de empresas do setor de proteína animal.
2008	715.654.569	Apoiar o seu processo de internacionalização que inclui a aquisição de empresas do Grupo OSI no Brasil e na Europa.
2009	169.376.792	Apoiar a aquisição da operação brasileira de proteínas animais e ativos correlatos da Cargill Inc., representada pela Seara Alimentos Ltda. e por afiliadas na Europa e Ásia, incluindo a marca Seara no Brasil e exterior, plantas industriais e um terminal portuário.
2010	2.528.860.025	Apoiar a aquisição da Keystone Foods, e melhorar a estrutura de capital da empresa.
2012	84.000.000	Melhorar sua estrutura de capital e assim viabilizar a execução da estratégia de posicionamento do portfólio de marcas e produtos no mercado interno e externo.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do BNDES, 2019.

Atendo-se aos dados acima, observa-se que novamente entre os objetivos dos investimentos do banco, aparece a internacionalização da companhia por meio da compra

de outras empresas. Como resultado, abaixo estão algumas das aquisições efetuadas pela Marfrig no período acima.

Quadro 12 – Aquisições realizadas pela Marfrig

Ano	Aquisições
2007	Frigorífico Patagônia S.A. no Chile
	Frigorífico La Caballada no Uruguai
2008	Carroll's Food do Brasil (especializada na criação e comercialização de suínos)
	Operações do grupo norte-americano OSI no Brasil, na Irlanda do Norte, na Inglaterra, na França e na Holanda, o que inclui a aquisição da Moy Park, maior empresa norte-irlandesa, com produtos comercializados em toda a Europa.
2009	Unidades brasileiras de proteínas animais da Cargill Inc.
2010	Empresas O'Kane
	Keystone Foods
2012	Incorpora 10 novas plantas industriais, 8 centros de distribuição e 13 marcas da Brasil Foods (BRF)

Fonte: Elaborado a partir de informações do site da companhia, 2019.

Mais de 2/3 dos recursos disponibilizados pelo BNDES, foram destinados exclusivamente ao apoio da aquisição da Keystone Foods (em 2018 a Marfrig vendeu a companhia para a Tyson Foods) em 2010, maior empresa privada americana na época, atuante na produção e comercialização de alimentos à base de carnes de aves, peixes, suínos e bovinos e especializada no canal “food services” (“Forbe’s 2009 America’s Largest Private Companies” de 28 de outubro de 2009).

Levando-se em consideração a aquisição realizada e os R\$ 225.094.150,00 financiados através da linha pré-embarque, pode-se apontar um aumento expressivo da receita advinda do mercado externo. Em 2006 o faturamento do exterior foi de R\$1.468.951,00 enquanto em 2016 a receita líquida alcançou R\$5.386.739,00 (milhares de reais). Logo, observa-se que tais fatores influenciaram diretamente no aumento da presença da empresa ao redor do mundo, possibilitando sua internacionalização e um crescimento nas vendas externas.

Tais aquisições influenciaram ainda diretamente no patrimônio líquido, no caixa, equivalentes e aplicações e na receita líquida da companhia, assim como na JBS, em níveis menores, entretanto também expressivos.

Quadro 13 – Variação do patrimônio líquido, da receita operacional líquida e do caixa, equivalentes e aplicações de curto prazo da Marfrig no período estudado

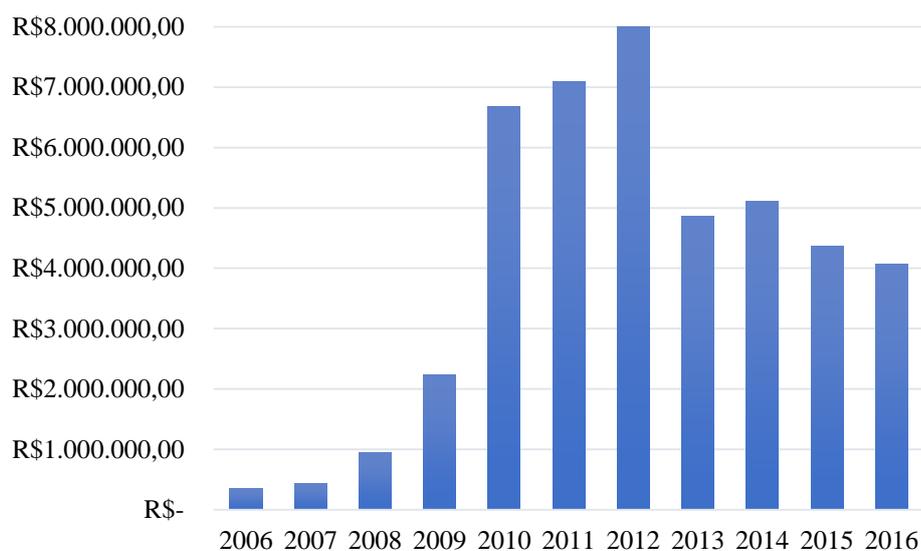
Ano	Patrimônio Líquido	Receita Operacional Líquida	Caixa, Equivalentes e Aplicações de curto prazo
2006	*	4,62%	*
2007	435,70%	56,77%	259,84%
2008	130,60%	85,75%	2,08%
2009	48,78%	55,00%	183,06%
2010	0,00%	65,13%	27,79%
2006 em relação a 2010	1.737,87%	645,29%	1.228,70%
2010 em relação a 2016	-72,90%	18,58%	36,18%
2006 em relação a 2016	398,13%	783,75%	1.709,36%

*não calculado porque não foi encontrada a demonstração consolidada da empresa do ano de 2005.

Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O patrimônio líquido cresceu principalmente no período de 2006 a 2009, onde atingiu ascensão de 1.737,87%, após esse período, ele se reduz em mais da metade, especificamente 72,9%, entretanto, em 2016 ele ainda assim havia quase quadruplicado em relação a 2006, alcançando R\$ 1.100.802 milhares de reais. Já a receita líquida, ao final de 2016 era quase oito vezes maior que a de 2006 (passou de R\$ 2.130.509,00 para R\$ 18.828.356,00 (milhares de reais)), enquanto o caixa, equivalentes e aplicações cresceram 1.709,36%, atingindo R\$ 5.278.641,00 milhares de reais. A Marfrig contou ainda com o montante de R\$ 2.209.151,00 financiados via Finame. Conseqüentemente, o imobilizado da companhia aumentou notadamente.

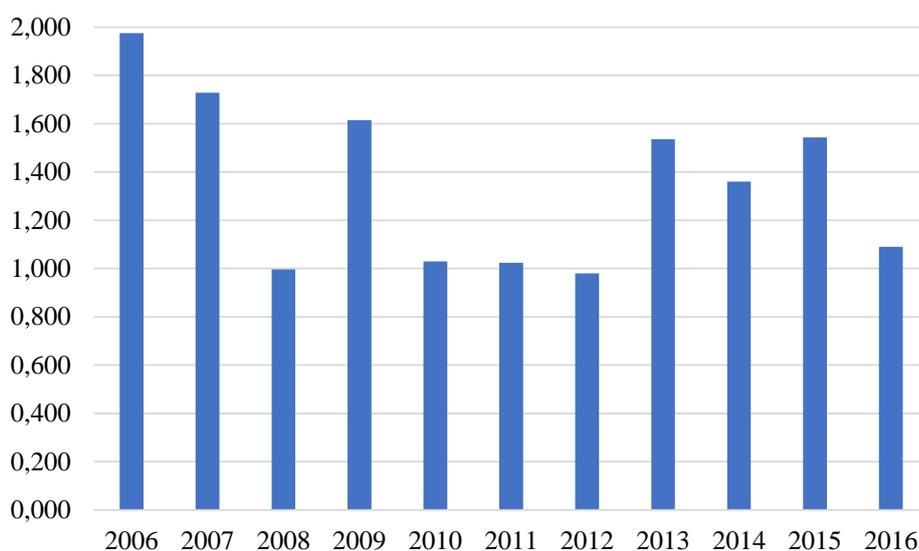
Gráfico 9 – Evolução do Ativo Imobilizado da Marfrig (em milhares de reais)



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O maior índice de crescimento se dá de 2006 a 2012, quando o imobilizado de R\$ 350.449,00 passa para R\$ 8.010.620,00 (milhares de reais). A partir de 2013 observa-se uma acentuada queda, ainda assim, em 2016 o ativo imobilizado era cerca de 11 vezes maior que o de 2006.

Gráfico 10 – Índice de Liquidez Seca da Marfrig

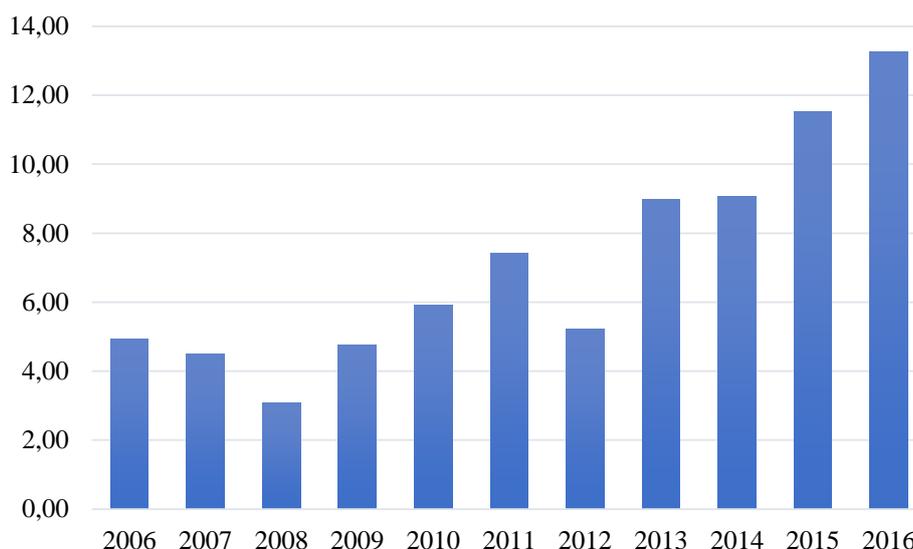


Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O índice de liquidez seca foi favorável principalmente em 2006 e 2007 onde os recursos de curto prazo subtraídos dos estoques e divididos pelo passivo circulante, indicavam que para cada real de dívidas, a empresa possuía quase o dobro de recursos

para quitá-la no curto prazo. Após esse período, os índices oscilam entre favoráveis (alguns não expressivamente como 2010 e 2011) e desfavoráveis (abaixo de 1). O subsídio promove alavancagem, mas, mesmo com o financiamento é provável que este índice diminua, entretanto, o resultado em receita acaba compensando o endividamento inicial.

Gráfico 11 – Índice de Giro de Estoque da Marfrig



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O giro de estoque também aumentou no período estudado, o que reflete o maior volume de vendas da empresa. De 2006 a 2016 o índice mais que dobrou, passando de pouco mais de 4 para quase 14, seguindo a tendência do aumento da receita da empresa principalmente no exterior, que passou de R\$1.468.951,00 em 2006, para R\$5.386.739,00 (milhares de reais) em 2016.

Quadro 14 – Investimentos Realizados Pela Marfrig de 2006 a 2016

Ano	Investimento em Milhares de Reais	Variação
2006	93.718	*
2007	647.016	590,39%
2008	1.197	-99,81%
2009	746	-37,68%
2010	10.040	1245,84%
2011	13.195	31,42%
2012	11.107	-15,82%
2013	54.774	393,15%
2014	36.934	-32,57%
2015	26.024	-29,54%
2016	16.268	-37,49%

*não calculado porque não foi encontrado o balanço patrimonial da empresa no ano de 2005.
Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

Em relação aos investimentos realizados pela empresa, observa-se que estes também aumentaram, em especial em 2007 (590,39%) e 2010 (1245,84%), reduzindo principalmente a partir de 2014.

Nota-se que os principais incentivos fornecidos pelo BNDES a empresa foram através do incentivo a internacionalização da companhia (principalmente via BNDESPar) e aquisições de outras unidades frigoríficas, em especial da norte americana *Keystone Foods*. Os principais impactos positivos deram-se expressivamente entre 2006 e 2010, em termos de patrimônio líquido, caixa, equivalentes e aplicações, receita e imobilizado. Pós 2010, na maioria dos aspectos analisados, o crescimento torna-se mais lento, ou negativo. Tal fato deve-se ao alto índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e geração de caixa) auferido pela empresa até 2010, influenciado em grande parte pelos incentivos do BNDES.

Em 2011 a companhia inicia um processo de desinvestimento a partir da venda de ativos com o intuito de reduzir seu endividamento líquido, o que justifica a instabilidade a partir desse período. Mesmo assim, em 2015 a alavancagem da empresa ainda era de 6,2 (EXAME, 2015).

Em resumo, o frigorífico utilizou de fartos financiamentos de terceiros para engrenar seu processo de crescimento (dentre eles o BNDES), mas a alavancagem foi tão alta que fez com que a situação financeira da empresa se tornasse desfavorável, ocasionando uma condição contrária a esperada. Os reflexos aparecem ainda recentemente. Em 2018 a Marfrig optou por vender a *Keystone Foods* adquirida em 2010, a fim de diminuir sua alavancagem. Todavia, ainda assim, os incentivos oferecidos foram decisivos no que diz respeito a consolidação da empresa. Atualmente a Marfrig é a terceira maior produtora mundial de carne bovina e a segunda maior no Brasil.

4.1.3 Brasil Foods S.A

A BRF já nasce (2009) como a maior empresa de alimentos industrializados do Brasil e a décima maior das Américas, e isto só fora possível graças ao auxílio do BNDES para a sua capitalização. Fruto da fusão entre a Sadia e a Perdigão, a BRF foi criada na tentativa de salvar a Sadia, a qual estava praticamente quebrada devido a perdas bilionárias no mercado de derivativos. O objetivo firmado pela nova empresa era

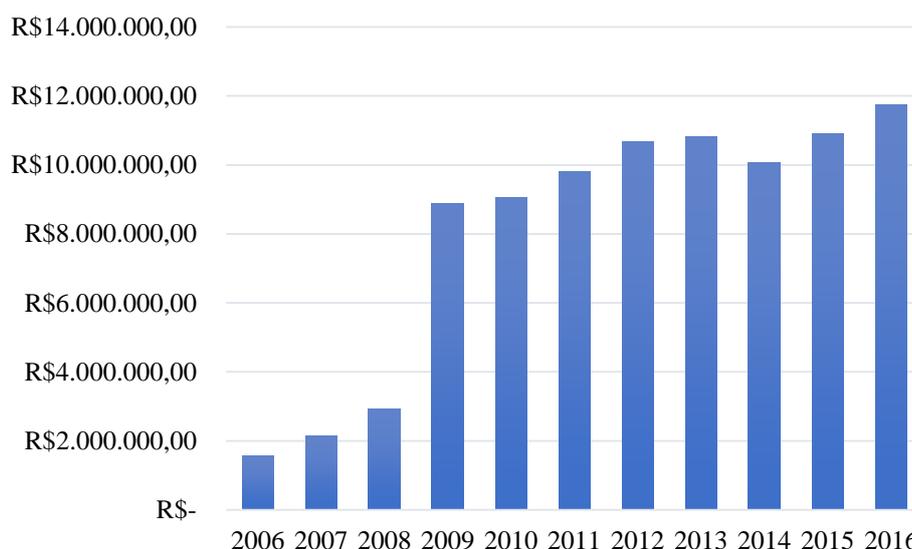
expandir-se para mercados dos EUA e da China (Folha de São Paulo, 2009). Logo, nota-se que novamente o foco da iniciativa que o banco apoiou esteve ligada a internacionalização.

No total, foram cerca de R\$4.992.000.000 desembolsados pelo banco à empresa de 2006 a 2016, somando-se os aportes fornecidos à Perdigão, à Sadia e à BRF já consolidada.

Em 2009, quando a empresa se constitui, o BNDES atua em sua consolidação. Com o intuito de alavancar a companhia, o BNDESPar adquire 7,6% da sua oferta pública de ações, o equivalente a R\$ 400.000.000,00. O objetivo da transação era melhorar a estrutura de capital da empresa, no processo de associação entre a Perdigão S.A. e a Sadia S.A. Além disso, em 2007 o banco havia investido R\$ 5.439.060,00 em renda variável na Perdigão S.A, com o intuito de apoiar a aquisição da Eleva Alimentos S.A.

Contudo, dos incentivos concedidos pelo banco de desenvolvimento a BRF já consolidada, diferentemente da Marfrig e da JBS, a maioria não se deu através de renda variável, mas financiamentos para modernização e ampliação de unidades produtoras (operações diretas e indiretas não automáticas) em um total de R\$ 2.761.472.517,00. Como resultado, o imobilizado da empresa cresceu cerca de 648% de 2006 a 2016.

Gráfico 12 – Evolução do Ativo Imobilizado da BRF (em milhares de reais)



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O maior índice de crescimento se dá de 2008 a 2009 (quando o imobilizado passa de R\$2.918.458,00 para R\$8.874.200,00 milhares de reais (aumento de 204%)), como justificativa da fusão entre as empresas. A partir de 2010 o crescimento se torna mais estável.

Além disso, um total de R\$ 1.010.727.500,00 foram transacionados através da linha Pré-Embarque. Consequentemente, observa-se um crescimento da receita advinda das exportações da BRF em 692,16%, passando de R\$ 2.461.000,00 em 2006 para R\$19.495.125,00 (milhares de reais). Em termos de patrimônio líquido, caixa, equivalentes, aplicações e receita líquida também há aumentos.

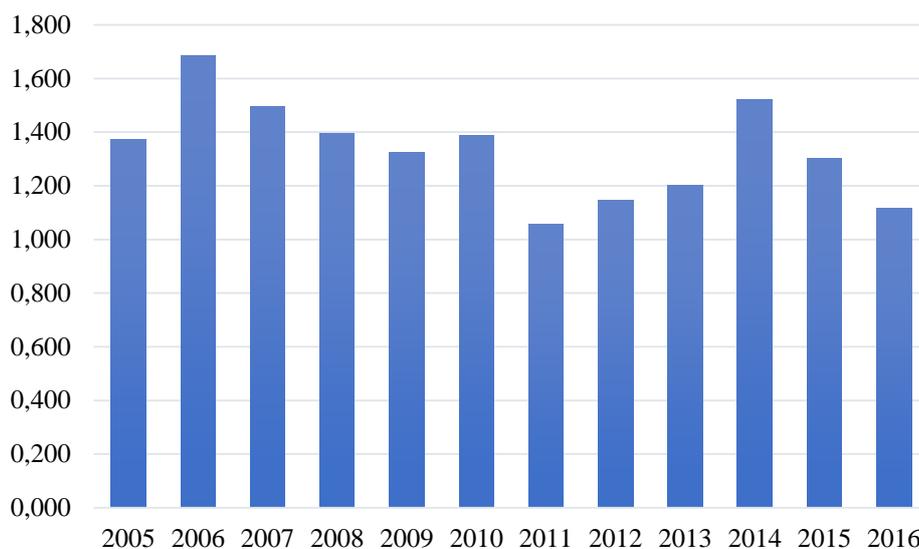
Quadro 15 – Variação do patrimônio líquido, da receita operacional líquida e do caixa, equivalentes e aplicações de curto prazo da BRF no período estudado

Ano	Patrimônio Líquido	Receita Operacional Líquida	Caixa, Equivalentes e Aplicações de curto prazo
2006	69,02%	1,26%	37,03%
2007	56,09%	27,31%	58,29%
2008	27,42%	71,76%	11,41%
2009	219,53%	83,77%	114,82%
2010	3,82%	8,33%	-21,46%
2006 em relação a 2010	559,80%	335,34%	197,55%
2010 em relação a 2016	-10,39%	48,73%	109,33%
2006 em relação a 2016	491,22%	547,46%	522,87%

Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O maior índice de crescimento se dá entre 2006 e 2010, com ênfase de 2008 a 2009, como justificativa da fusão entre as empresas. Nesse período, o patrimônio líquido aumenta 219,53%, a receita 83,77% e o caixa, equivalentes e aplicações de curto prazo 114,82%. De 2006 a 2016 o patrimônio da empresa cresceu 491,22%, a receita 547,46% e o caixa, equivalentes e aplicações 522,87%.

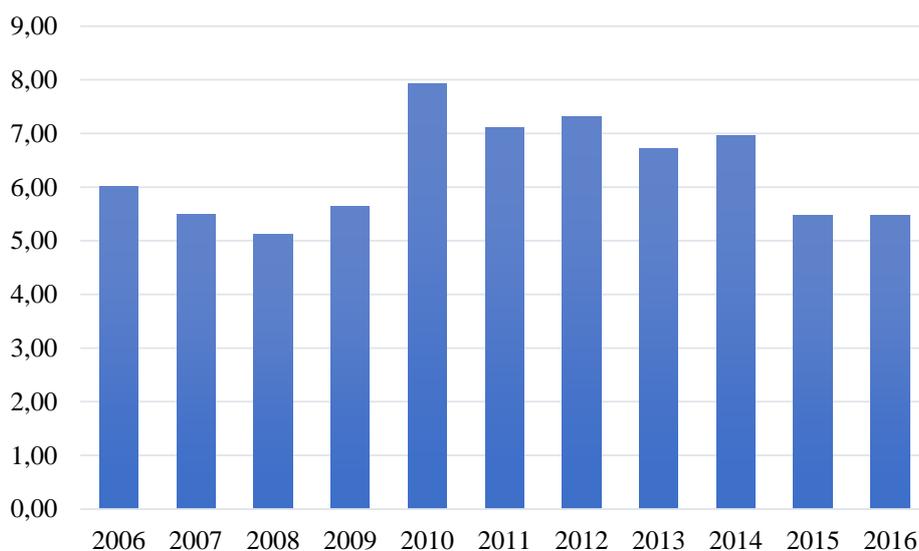
Gráfico 13 – Índice de Liquidez Seca da BRF



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O índice de liquidez seca da BRF aparece como favorável mesmo antes do período estudado. De 2006 a 2016 ele oscila sempre positivo (superior a 1), com ênfase em 2006, 2014 e 2007 respectivamente. Logo, observa-se uma melhora deste índice. Os períodos de queda podem ser justificados, como mencionado anteriormente pelo endividamento, mas compensado pelo ganho em receita.

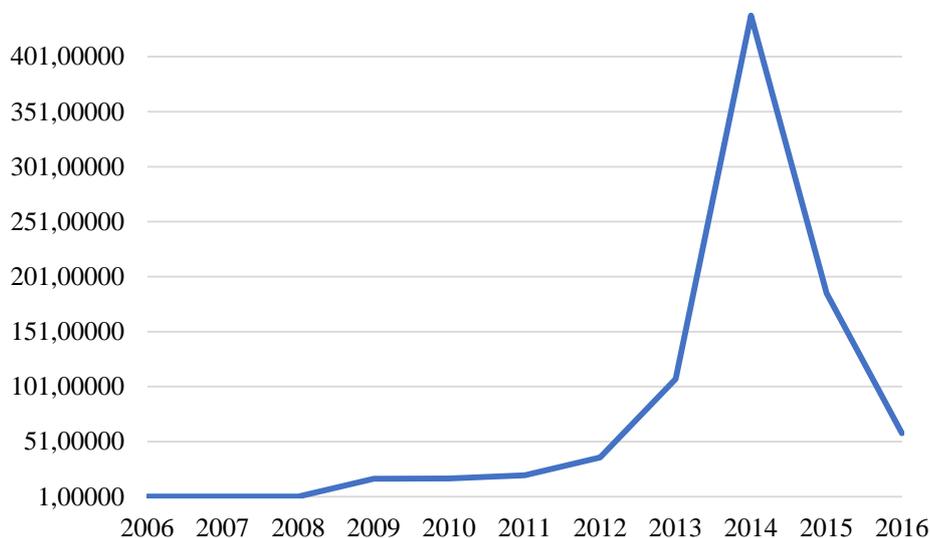
Gráfico 14 – Índice de Giro de Estoque da BRF



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

O giro de estoque variou no período estudado, com aumento expressivo especialmente em 2010, onde atingiu um índice de oito, enquanto em 2008, este era de cinco, o que indica um aumento no volume das vendas.

Gráfico 15 – Investimentos da BRF (em milhares de reais)



Fonte: Elaborado a partir das demonstrações financeiras da empresa, 2019.

Em relação aos investimentos pode-se observar que estes aumentaram a partir de 2008 atingindo máxima em 2014, com um montante de R\$ 438,4 milhares de reais investidos.

Observa-se que das empresas analisadas, a BRF foi a que apresentou os menores índices de crescimento. Tal condição deve-se ao fato de que, ao contrário da JBS e da Marfrig, que receberam a maior parte dos incentivos através de renda variável, a BRF emprestou a maioria dos recursos utilizados, pagando o banco a juros. O maior incentivo via renda variável é observado durante a constituição da empresa em 2009. Entretanto, seu crescimento ainda fora expressivo, com ênfase para o patrimônio líquido que aumentou 491,22% em 2016 com relação a 2006, a receita líquida 547,46%, o caixa, equivalentes e aplicações 522,87% e o imobilizado que passou de R\$1.570.300 para R\$11.746.238 milhares de reais.

Diante dos resultados, é possível afirmar que a política de incentivos executada pelo banco de desenvolvimento aos frigoríficos JBS, Marfrig e BRF surtiram efeitos positivos para as empresas, principalmente em termos de aumento do patrimônio líquido, receita, caixa e imobilizado, aumentando o ciclo de vendas das companhias e

consequentemente o índice de giro de estoque. A JBS foi a que recebeu a maior parte do auxílio, reflexo disso é que seus resultados foram os mais impactados.

O incentivo via renda variável oferecido pelo BNDESPar fez do banco um dos maiores acionistas da JBS e da Marfrig e mostrou-se determinante para os efeitos positivos, tanto que estas empresas (que usufruíram de grande incentivo através da compra de suas ações pelo banco) tiveram maior crescimento. Ademais, vale destacar que o recurso disponibilizado pela subsidiária do banco foi decisivo para a ascensão das empresas, uma vez que possibilitou as aquisições e fusões realizadas, muitas delas no exterior, fator determinante para a consolidação desses frigoríficos no ramo de proteína animal, tanto no Brasil como fora do país.

4.2 Resultados práticos da política de incentivos para o Banco de Desenvolvimento

Os incentivos concedidos pelo BNDES, através dos financiamentos e de sua subsidiária no mercado de capitais (BNDESPar) aos frigoríficos estudados, não surtiram benefícios claros ao banco de desenvolvimento, em especial ao que diz respeito a JBS e a Marfrig, onde o banco investiu a maior parte dos recursos via renda variável.

De acordo com notícia publicada pela Folha de São Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU), estima que até 2017, R\$ 5,082 bilhões era o que o banco de desenvolvimento havia acumulado em perdas, considerando o preço pago pelas ações e os dividendos adquiridos na condição de sócio da JBS. Foram apontadas perdas no montante de mais de 1,5 bilhão em 2012 e 2015 quando o BNDES se desfez de parte das ações adquiridas e de 2,1 bilhões com a desvalorização das ações ainda de posse do banco. A JBS, nega que as operações foram negativas, ao contrário, aponta lucro de R\$ 2,8 bilhões. Entretanto, a CPI do BNDES de 2018 (s/pg.), também traz possíveis indícios de danos nos aportes realizados, em específico de 2007 a 2010:

R\$70 milhões aproximados no caso da Swift; R\$160 milhões aproximados no caso da National Beef; e, no caso da Pilgrim's, R\$270 milhões, até agora, indício de dano. Isso ainda está sendo tratado. No caso da Pilgrim's, outro indício de dano, algo em torno de R\$350 milhões. Então, somados esses indícios – lembrando a Vs. Exas. que são valores históricos, esses aportes foram feitos de 2007 até 2010 – de valores históricos, nós teríamos em torno de R\$850 milhões de indícios de danos.

Em relação a aquisição da SWIFT, a CPI do BNDES aponta que anteriormente ao apoio do banco, o Acórdão 3.011/2015TCU intitulou o suporte a compra como um

negócio de alto risco. Mesmo assim, o BNDES adquiriu ações da JBS para impulsionar a aquisição e ainda pagou ágio pelas mesmas.

O banco por sua vez, justifica o apoio por meio do mercado de capitais associando o risco das transações aos ganhos dos projetos considerados mais desafiadores e com potencial de retorno financeiro e social. Mas, este não foi o resultado dos aportes à JBS, tendo em vista o prejuízo financeiro acima exposto.

Com a Marfrig não foi muito diferente. Desde 2011 (quando devia três vezes o seu valor real) a empresa acumula prejuízos na ordem de R\$ 4,7 bilhões em decorrência ao alto grau de alavancagem (que ocasionou queda de suas ações), o que a fez engrenar em um processo de desinvestimento para não ter de entregar a companhia ao BNDESPar.

Do montante investido de 2007 a 2012 pelo BNDESPar (R\$ 3.599.891.386,00), notícia publicada pelo BeefPoint em 2019 aponta que retornos positivos não foram possíveis até hoje. Se vendidas as ações que o banco possui na companhia, haveria prejuízo de R\$ 316 milhões e estas valeriam apenas R\$ 1,433 bilhão. O investimento teria rendido até 2019 entre R\$ 3,283 bilhões e R\$ 3,533 bilhões. O prejuízo só não fora maior devido aos juros recebidos a título de debêntures pelo banco.

Nas operações de compra das ações da empresa o BNDES havia desembolsado entre R\$ 8,00 e R\$ 21,50 (sendo que na maior parte delas o valor foi superior a R\$ 17,00), enquanto no momento da publicação da notícia em 2019, a cotação das ações da empresa estava em R\$ 6,83.

As operações envolvendo o mercado de capitais só foram lucrativas no que diz respeito aos investimentos na Brasil Foods. Os R\$ 400 milhões injetados em 2009 renderam cerca de R\$ 193 milhões em 2011 (AVISITE).

Atualmente, a JBS vem sendo alvo da operação Lava-Jato e as transações são foco de investigação pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal por indícios de irregularidades como a associação a vantagens atribuídas a políticos. A BRF também está envolvida no escândalo da operação Carne Fraca, da Polícia Federal e as transações do banco com o Grupo Marfrig vem sendo investigadas pela CPI do BNDES.

4.3 Reflexos da política de subsídios para produtores e consumidores

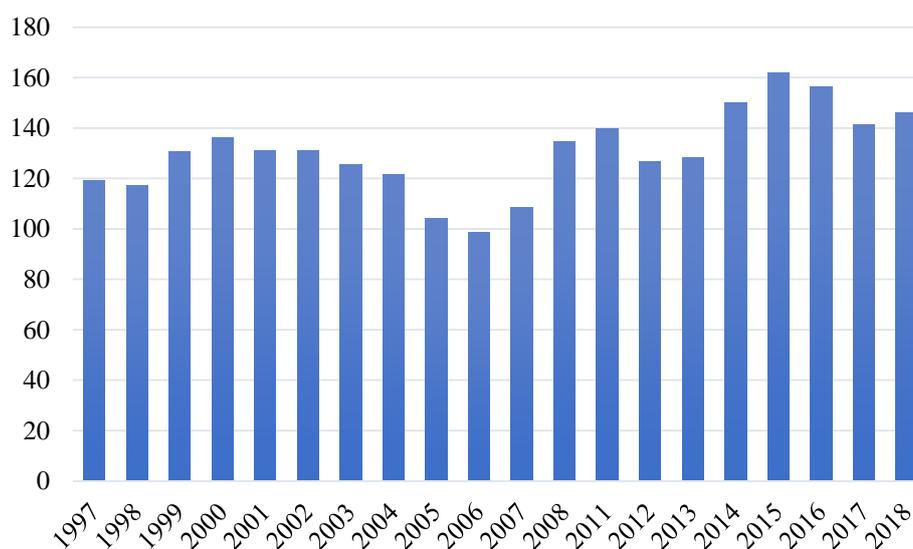
A política de incentivo contribuiu para que as empresas estudadas se tornassem as grandes vendedoras de carne e derivados, e compradoras de matéria prima. Dada a

concentração de mercado exercida pelos frigoríficos, a dinâmica da cadeia se altera de maneira que o controle de preços passa a sofrer maior influência destes agentes.

Nesse sentido, recorrentemente notícias veiculam possíveis abusos por parte dos frigoríficos. Segundo do Notícias Agrícolas, em 2012 os pecuaristas ameaçaram interromper o fornecimento de animais de abate para frigoríficos, especialmente a JBS, acusando a empresa de possível cartel. Os produtores exigiam a abertura de uma investigação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por suposto abuso de poder econômico nas aquisições de frigoríficos com uso de dinheiro público (disponibilizado pelo BNDES). Em 2018, de acordo com a Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA), outro movimento foi realizado.

Em relação ao consumidor, dada a ascensão das indústrias estudadas e o aumento da produção de carne bovina, logicamente esperava-se que houvesse uma redução do preço do produto no mercado local e conseqüentemente aumento no consumo. Todavia, não foi esse o reflexo provocado pela política de incentivo do banco. No mercado nacional, o preço da carne, ao invés de diminuir, aumentou, reduzindo o poder de compra do cidadão brasileiro. Tal fato pode ser observado atendo-se aos dados da evolução do preço da arroba do boi.

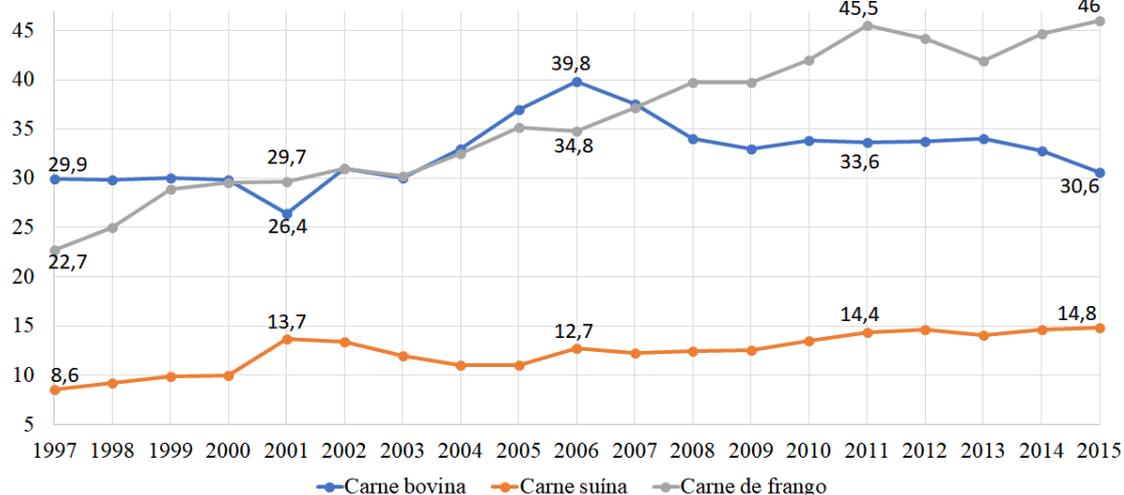
Gráfico 16 - Preço da Arroba de Boi Gordo, valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Período: 1997-2018.



Fonte: FARMNEWS.

O aumento do preço da carne contribuiu ainda para a diminuição do consumo da proteína pelo brasileiro, como ressaltado abaixo.

Gráfico 17 - Consumo anual de carnes per capita no Brasil (em quilos)

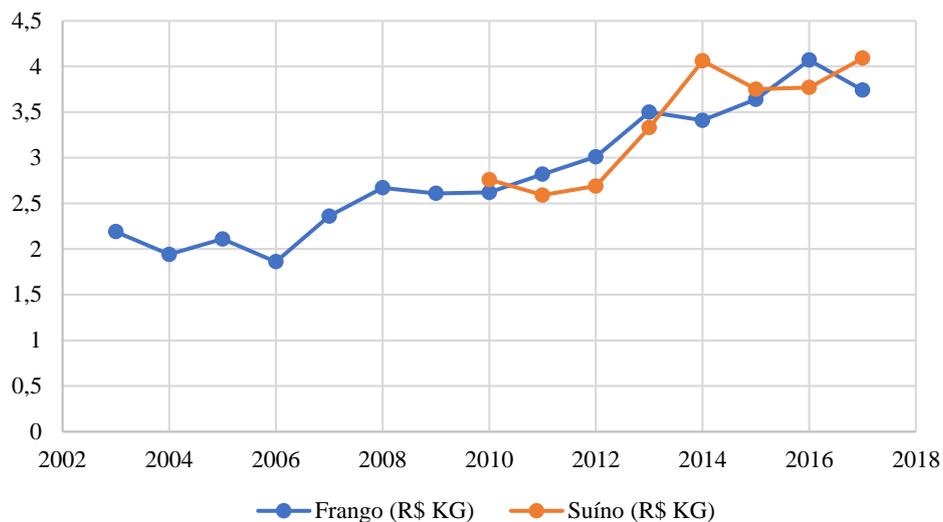


Fonte: MbAgro apud Avisite.

De 1997 a 2006 o consumo anual per capita aumenta, passou de 29,9kg em 1997 para quase 40kg em 2006. A partir do período estudado, os índices começam a cair, chegando a 30,6kg em 2015, o que mostra que a ascensão dos frigoríficos propiciada pelos investimentos do BNDES, não promoveu o aumento do consumo, ao contrário, este retorna praticamente aos patamares da década de 90 (29,9 kg em 1997). Então, para o consumo efetivo de carne não houve significância, especialmente tendo em vista o aumento da arroba do boi, principal matéria prima. Logo, como o preço aumenta e o consumo se mantém (aos patamares da década de 90), nota-se que na verdade o brasileiro está pagando mais pela proteína.

Em relação a carne suína, nota-se que os patamares de consumo aumentaram pouco (de 12,7kg em 2006 para 14,8kg em 2015). Já a de frango se eleva consideravelmente (de 34,8kg em 2006 para 46kg em 2015). O preço do kg do frango pode ser uma das razões para a preferência pelo seu consumo em detrimento a carne bovina.

Gráfico 18 - Indicador do suíno vivo (Preço recebido pelo produtor (SP) sem ICMS) e preço do frango congelado (Atacado, média das regiões: Grande São Paulo, São José do Rio Preto e Descalvado) (em R\$/kg).



Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ, 2019).

Observa-se que o preço de ambas as proteínas aumentou, mas o valor do kg do frango torna-o mais atrativo em relação aos demais, por ser mais inferior.

Fatores relacionados a mudança do padrão alimentar do cidadão brasileiro também podem estar relacionados a diminuição do consumo. Em 2017 o número de vegetarianos no Brasil (pessoas que não consomem produtos de origem animal ou testados em animais) atingiu quase 5 milhões de pessoas, reflexo no mercado vegano que cresce aproximadamente 40% ao ano no país (ESTADÃO, 2019).

Atendo-se aos objetivos da Política de Desenvolvimento Produtivo para o complexo de carnes através do programa Consolidar e Expandir a Liderança, observa-se que, sob a perspectiva da carne de boi, os objetivos foram alcançados, pois:

(i) Consolidar o Brasil como o maior exportador mundial de proteína animal: em 2004 o país assumiu a primeira colocação no quesito exportação, posto mantido até 2010. Em 2011, 2012, 2014 e 2015 houve oscilação entre os três primeiros lugares, em 2013 e mais recentemente em 2016 e 2017, o Brasil ocupou a primeira colocação, consolidando-se como o maior exportador até o presente momento (2019), quando bateu recorde de exportação (NETO, 2018).

(ii) Fazer do Complexo Carnes o principal setor exportador do agronegócio brasileiro: o segmento cresceu muito em termos de representatividade. A exportação de carne bovina em 2015 representou 3% do total, com um faturamento de 6 bilhões de reais. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), representou 6%, o equivalente a 30% do PIB do agronegócio, movimentando 400 bilhões de reais, o que corresponde a um aumento de

quase 45% somente de 2010 a 2015. Logo, constata-se que o setor passou a representar cerca de 1/3 de todo o agronegócio brasileiro (EMBRAPA).

Entretanto, sob a perspectiva do objetivo particular da política que previa permitir que o crescimento se desse em bases sustentáveis, a política não foi efetiva, uma vez que, tendo como base principalmente a Marfrig, o elevado índice de alavancagem auferido pelos incentivos do BNDES, ocasionou uma condição financeira desfavorável para a empresa.

Quanto ao BNDES, em relação a sua função de executor da política, este fora efetivo em termos de consolidar o setor de carne brasileiro no contexto internacional (em específico a carne bovina), entretanto se considerado a função do banco enquanto seu caráter desenvolvimentista, atendo-se ao objetivo presente na lei 1.628 (20 jun. 1952) que o institui (“Art. 8º (...) é criado, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que também atuará, como agente do Governo, nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional.”), este, não gerenciou os recursos públicos a ele destinados da melhor forma, uma vez que há que se considerar o rombo causado pelas operações com a JBS e a Marfrig aos cofres públicos (tópico 1.2).

Ademais, é questionável a distribuição dos recursos destinados ao segmento. Somente as 3 empresas estudadas (JBS, BRF e Marfrig) concentraram cerca de 56% (17 bilhões) dos recursos desembolsados de 2005 a 2016 (31,2 bilhões), em especial a JBS com cerca de 26%. Como resultado das operações realizadas, houve uma concentração do setor de carnes do país, tendo em vista que a maioria das operações apoiadas estiveram relacionadas a aquisição de outras empresas. Vale ressaltar aqui como exemplo a criação da BRF, através da junção entre a Sadia e a Perdigão, além da incorporação da Bertim à JBS e da Seara à Marfrig.

O BNDES (2019) justifica o apoio às empresas da seguinte maneira: “A política governamental, entretanto, não se ateu a grandes empresas. Entre 2005 e 2017, foram contratadas no BNDES R\$ 17,1 bilhões em operações de crédito para mais de 1.700 companhias e cooperativas do setor de abate e fabricação de produtos de carne.” Todavia, o apoio a outras empresas foi muito inferior se levado em consideração que os 17,1 bilhões divididos pelas 1.700 empresas representam em média R\$ 10.058.823 por companhia. Somente as três empresas estudadas concentraram entre si praticamente o montante total distribuído entre os demais frigoríficos.

O apoio do BNDES ao setor de carnes pautado no cumprimento da Política de Desenvolvimento Produtivo, elegeu as campeãs nacionais, mas, ao mesmo tempo, as derrotadas. Enquanto os controladores de grandes frigoríficos como o JBS, BRF e Marfrig viram sua riqueza se multiplicar, outros pequenos e excluídos do apoio fecharam as portas. Considerando apenas o período de 2008 a 2009, quando a BRF era criada e a JBS e a Marfrig cresceram exponencialmente, dezessete outros frigoríficos faliram (OTEMPO, 2015).

Ademais, dos recursos disponibilizados, grande parte envolveu a aquisição de empresas do exterior, sendo aplicados em projetos que não envolveram diretamente o país. Aparentemente, os interesses nacionais não foram mantidos, mas sacrificados em detrimento ao incentivo à internacionalização das companhias, principalmente no que diz respeito a JBS e a Marfrig. Ganhos efetivos à sociedade brasileira não são perceptíveis, levando-se em consideração a geração de emprego, pois, as aquisições proporcionaram que estes fossem gerados fora do país. Além disso, não houve ganhos sob a perspectiva do consumidor brasileiro, o qual viu o preço da carne subir no período, restringindo o consumo interno.

Em síntese, não se percebe quais foram de fato os benefícios econômicos e sociais relacionados aos desembolsos de recursos pelo BNDES durante o período analisado. Aparentemente, o apoio oferecido ao setor de carnes foi para empresas já consolidadas que teoricamente não precisariam do impulso do BNDES para crescerem, especialmente a Marfrig e a JBS (como exemplo têm-se a Minerva Foods, empresa que consolidou-se no setor e não recorreu ao BNDES ou ao BNDESPar), ao invés do incentivo a empresas em estágio inicial, que é o que se espera de um banco de fomento.

O setor de proteína animal consolidou-se entre a elite internacional, como assim objetivava a Política de Desenvolvimento Produtivo, mas, ganhos efetivos são perceptíveis apenas às empresas eleitas as campeãs nacionais que viram seu faturamento aumentar consideravelmente, e não a sociedade brasileira, o que faz dos resultados auferidos não condizentes com o papel do banco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho identificou os resultados práticos do fornecimento de subsídios para a cadeia produtiva da carne por parte do BNDES, e seu alinhamento com os objetivos formais do banco, sob a premissa de que o governo incentiva de acordo com o fundamento

constitucional artigo 174 e 192 para promover o desenvolvimento do país. Para isso, foi testada, e comprovada, a hipótese de que existiriam ganhos econômicos significativos para os frigoríficos nacionais demonstrados em relatórios, mas isso não traria impacto relevante na diminuição do preço da carne para o consumidor, de forma que os resultados almejados pela política de subsídio, não foram plenamente alcançados.

Através da análise dos resultados financeiros das empresas Marfrig, JBS e BRF, foi possível identificar que estes frigoríficos apresentaram grande crescimento no período analisado (2006 a 2016), principalmente em termos de patrimônio líquido, receita operacional líquida, caixa e ativo imobilizado, sendo que o período de maior ascensão se deu de 2006 a 2010, reflexo especialmente dos incentivos via renda variável (em especial nos casos JBS e Marfrig).

As operações apoiadas pelo BNDES através de sua subsidiária BNDESPar compreenderam a maior parte dos recursos disponibilizados para a JBS e a Marfrig (o que fez do Estado brasileiro um dos maiores sócios das duas empresas), e estiveram ligadas principalmente a aquisição de outras empresas no Brasil (como a fusão entre a Sadia e a Perdigão) e no exterior (responsável pela maior parte dos recursos despendidos). O intuito era promover a internacionalização das companhias e a ascensão do setor, como assim objetivava a Política de Desenvolvimento Produtivo.

Apesar do crescimento pautado nos incentivos oferecidos pelo banco terem surtido reflexos negativos ligados ao alto grau de alavancagem dado os financiamentos (especificamente no que diz respeito a Marfrig), é notório o impacto positivo nos índices de todas as empresas estudadas, haja vista que elas ascenderam consideravelmente no mercado. Como exemplo desse reflexo positivo, têm-se que, de 2006 a 2016 a receita operacional líquida e o patrimônio líquido respectivamente, cresceram: JBS 3.860,79% e 13.511,20%, Marfrig 783,75% e 398,13% e BRF 547,46% e 491,22%.

Entretanto, benefícios para a sociedade não foram claramente observados, tendo em vista que, apesar do crescimento em termos de produção de carne bovina (8.600.230 toneladas equivalente carcaça em 2006 para 9.620.000 em 2016 (ANUALPEC, 2008)) o preço da carne bovina aumentou nesse período, retraindo o consumo interno que até então aumentava, a níveis da década de 90, o que indica que o brasileiro vêm pagando mais pela proteína; além disso, um rombo nos cofres públicos foi gerado, uma vez que o banco perdeu recursos com as operações; e o desenvolvimento de novos postos de trabalho é questionável, já que a prioridade foram aquisições de empresas no exterior, o que fez com que estes fossem gerados em sua maioria fora do país.

Além disso, constatou-se que poucos foram os frigoríficos que usufruíram de benefícios claros concedidos pelo BNDES, sendo o apoio oferecido a algumas empresas já consolidadas ao invés do amparo à pequenas empresas e iniciantes no mercado. Somente os três frigoríficos estudados responderam por 56% do total desembolsado. Tal fato provocou uma concentração do setor no país, o que pode ter influenciado no aumento do preço da carne, dado o poder adquirido por essas empresas, as quais tornaram-se as grandes vendedoras de carne e derivados, e compradoras de matéria prima.

Em resumo, os incentivos foram positivos para as empresas estudadas que ascenderam financeiramente, mas não se pode afirmar que para produtores e consumidores o benefício tenha se dado nas mesmas proporções. Logo, os resultados da política empregada de 2006 a 2016 para a cadeia produtiva da carne, não estiveram alinhados com os objetivos do BNDES enquanto Banco De Desenvolvimento Econômico e Social.

REFERÊNCIAS

- AMOROSINO, H. S. **Correções no mercado de crédito privado: Determinantes para o subsídio do BNDES**. 2016. 28f. Monografia (Bacharel Faculdade de Economia e Administração) – Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2016. Disponível em: http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1401/Henrique%20Scoz%20Amorosino_Trabalho.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 jul. 2019.
- ANUALPEC. **Anuário da pecuária brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2008.
- ARRUDA, Z. J.; SUGAI, Y. Regionalização da pecuária bovina no Brasil. Campo Grande: EMBRAPA; CNPGC, 1994, 148 p.
- ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. (5a. ed). São Paulo: Atlas, 2010.
- ASSOCIAÇÃO AS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS EXPORTADORES DE CARNE. (2008). Mapas das plantas frigoríficas. Recuperado de http://www.abiec.com.br/2_mapa.asp#.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES (ABIEC). **Exportações brasileiras de carne bovina fecham 2018 com recorde histórico**. Disponível em: <<http://abiec.com.br/download/exportacoes%20fecham%20com%20recorde.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECICLAGEM ANIMAL. **Movimento tenta combater monopólio dos frigoríficos**. Disponível em: <https://abra.ind.br/blog/abra-news/movimento-tenta-combater-monopolio-dos-frigorificos/>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- AVISITE. **BNDES perderia R\$ 2,6 bi se deixasse frigoríficos**. Disponível em: <https://www.avisite.com.br/clipping/imprimir.php?codclipping=19193>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- AVISITE. **Consumo de carne bovina é o menor em 14 anos**. Disponível em: <https://www.avisite.com.br/clipping/imprimir.php?codclipping=27654>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- BEEFPOINT. **Fusão BRF-Marfrig pode abrir saída para BNDES**. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/fusao-brf-marfrig-pode-abrir-saida-para-bndes/>. Acesso em: 2 set. 2019.
- BEEFPOINT. **MLA: confirma relatório sobre a carne brasileira bovina**. Disponível em: < <https://www.beefpoint.com.br/mla-confirma-relatorio-sobre-industria-brasileira-de-carne-bovina/> >. Acesso em: 01 abr. 2019
- BNDES. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 83.425**, de 08 de maio de 1979. Altera o Estatuto da Empresa Pública, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/506065/publicacao/15671752>> Acesso em: 25 maio. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 200**, de 25 de fevereiro de 1962. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm> Acesso em: 25 maio. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 73.713, de 1 de março de 1974. Aprova o Estatuto da Empresa Pública Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73713-1-marco-1974-422170-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 25 maio. 2019.

BRASIL. Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. Enquadra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) na categoria de empresa pública, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. **Medida Provisória 684, de 31 de Outubro de 1994**. Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de outubro de 1994.

BRASÍLIA. República Federativa do Brasil. **Relatório final da CPI do BNDES**. Senado Federal. 2018, 215 p.

BÚSSOLA DO INVESTIDOR. Disponível em: <<https://www.bussoladoinvestidor.com.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

CALEMAN, S.M.Q.; CUNHA, C.F. Estrutura e conduta da agroindústria exportadora de carne bovina no Brasil. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 13, n. 1, 2011.

CAMPOS, R. R. Tecnologia e concorrência na indústria brasileira de carnes na década de oitenta. 1994. 214 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1994.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

CARVALHO, F. “Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana”. **Análise Econômica**, v. 26, n. 50. Porto Alegre: FCE/UFRGS, 2008.

CARVALHO, T. B. D; ZEN, Sérgio De. A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil: evolução e tendências. *Revista Ipecege*, v. 3, n. 1, p 85-99. 2017.

CARVALHO, T. B. Estratégias de crescimento e reestruturação da indústria de carne bovina no Brasil: o papel de políticas públicas discricionárias. 2016. 164 f. Tese (Pos Graduação em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ). **CONSULTAS AO BANCO DE DADOS DO SITE**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>. Acesso em: 3 out. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ata da 5ª assembleia geral extraordinária realizada em 29 de junho de 2018. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/07/2018&jornal=515&pagina=114>> Acesso em: 10 jul. 2019.

ECONOINFO. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

EMBRAPA. **Qualidade da carne bovina**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-bovina>. Acesso em: 2 set. 2019.

ESTADÃO. **A macroeconomia do BNDES**. Disponível em: <<https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-macroeconomia-do-bndes,10000082800>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

ESTADÃO. **BNDES se compromete a investir mais R\$ 2,5 bilhões no Marfrig.** Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-se-compromete-a-investir-mais-r-2-5-bilhoes-no-marfrig-imp-,583932>. Acesso em: 31 jul. 2019.

ESTADÃO. **Mercado vegano cresce 40% ao ano no Brasil.** Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/mercado-vegano-cresce-40-ao-ano-no-brasil/>. Acesso em: 6 out. 2019.

EXAME. **Com venda, Marfrig melhora dívida e foca na Ásia.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/com-venda-marfrig-melhora-divida-e-foca-na-asia/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FARMNEWS. **Comportamento anual de preços da arroba do boi gordo em 20 anos de história.** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/arroba-do-boi-2/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

FARMNEWS. **Dados históricos da produção de carne bovina no Brasil e EUA.** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/historias/dados-historicos-da-producao-de-carne/>. Acesso em: 14 mar. 2019

FARMNEWS. **Evolução da exportação de carne de frango, bovina e suína em 20 anos!** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/evolucao-da-exportacao-de-carne-2/>. Acesso em: 29 mar. 2019

FARMNEWS. **Evolução da produção mundial de carnes bovina, suína e de frango.** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/evolucao-da-producao-mundial-de-carnes/>. Acesso em: 01 abr. 2019

FARMNEWS. **Maiores consumidores de carne bovina em 2018.** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/historias/maiores-consumidores-de-carne-bovina/>. Acesso em: 01 abr. 2019 (MANTER A DO PROJETO TBM)

FARMNEWS. **Maiores importadores de carne bovina no 1º quadrimestre.** Disponível em: <https://www.farmnews.com.br/mercado/maiores-importadores-de-carne-bovina-3/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

FARMNEWS. **Perspectivas do mercado mundial de carne bovina em 2019.** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/mercado-mundial-de-carne-bovina-3/>. Acesso em: 14 mar. 2019

FARMNEWS. **Produtividade da pecuária de corte, 100 anos de história!** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/historias/produtividade-da-pecuaria-de-corte/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Outlook Fiesp 2015-2026:** projeções para o agronegócio brasileiro. São Paulo: Fiesp, 2016. 90 p.

FGV. **BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (BNDES).** Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-do-desenvolvimento-economico-e-social-bndes>. Acesso em: 6 mai. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **BNDES admite participar da Brasil Foods.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2005200902.htm>. Acesso em: 1 ago. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **BNDES perdeu R\$ 5 bi com ações da JBS, diz tribunal.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/bndes-perdeu-r-5-bi-com-acoes-da-jbs-diz-tribunal.shtml>. Acesso em: 2 set. 2019.

G1. **BRF e Marfrig negociam fusão.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/30/brf-e-marfrig-negociam-fusao.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 10. edição – São Paulo: Prentice-Hall, 2004.
- IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. A Política de Desenvolvimento Produtivo. São Paulo, 2008.
- INFOMONEY. **Caixa e BNDES já perderam R\$ 3 bi com a JBS: veja a evolução da participação dos dois no frigorífico**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/6554012/caixa-bndes-perderam-com-jbs-veja-evolucao-participacao-dos-dois>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: 2006.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro, 1997.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da produção pecuária. Rio de Janeiro: 2009.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No 1ª trimestre do ano, abate de bovinos registra primeira queda desde 97. Comunicação Social. Rio de Janeiro: (2008).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da pecuária municipal 2016**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/media/com_materialdeapoio/arquivos/ea77821e06cad1457f9b35c1abe2137f.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados Preliminares Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2018.
- INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA; SEBRAE NACIONAL. Estudo sobre a eficiência econômica e competitiva da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília: IEL, 2000. Acesso em: 10 mai. 2019.
- JBS. Disponível em: <https://jbs.com.br/>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- JBS. **JBS tem lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2019**. Disponível em: <https://jbs.com.br/imprensa/release/jbs-tem-lucro-liquido-de-r-11-bilhao-no-primeiro-trimestre-de-2019/>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (*General theory of employment, interest and money*). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- MALHEIROS, R. C. C.; BORGES, C.; CUNHA, C. J. C. A. A inovação tecnológica na indústria frigorífica brasileira. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 19., 1996, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 1996. p. 1061-1082.
- MARFRIG. Disponível em: <https://www.marfrig.com.br/>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Gestão das Políticas Fiscal e Monetária: os efeitos colaterais da crise mundial no crescimento da economia brasileira**. Observatorio de la Economía Lationoamericana, n. 148, 2010.
- MINERVA FOODS. **Minerva Foods entre as melhores empresas do agronegócio no Brasil**. Disponível em: <https://portal.minervafoods.com/minerva-foods-entre-melhores-empresas-do-agronegocio-no-brasil>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Séries históricas**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- MOITA, R. M.; GOLON, L. A. Oligopsônio dos Frigoríficos: Uma Análise Empírica de Poder de Mercado: subtítulo do artigo. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 773-794, dez./2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1529.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

- MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas – Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Campus – Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- NETO, Onofre Aurélio. O Brasil no mercado mundial de carne bovina: análise da competitividade da produção e da logística de exportação brasileira: subtítulo do artigo. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 183-214, ago./2018.
- NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Movimento contra "cartelização" dos frigoríficos prossegue em Cuiabá.** Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/107816-movimento-nacional-contra-cartelizacao-dos-frigorificos-prosseguira.amp.html>. Acesso em: 1 out. 2019.
- ONG Repórter Brasil. Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos. 2013. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdfAcesso em: 11 mar. 2019.
- OTEMPO. **'Sou o perdedor nacional', diz dono de frigorífico que faliu à CPI.** Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/sou-o-perdedor-nacional-diz-dono-de-frigorifico-que-faliu-a-cpi-1.1121204>. Acesso em: 2 set. 2019.
- PIGATTO, G. Determinantes da competitividade da indústria frigorífica de carne bovina no Estado de São Paulo. 2001. 207 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Política e Programação Econômica*. 7. Ed. São Paulo, atlas, 1987.
- SCOT CONSULTORIA. **Carta boi - em dez anos a projeção do crescimento da produção de carne bovina é de 20,5%. atenção às oportunidades de mercado.** Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/cartas/47848/carta-boi---em-dez-anos-a-projecao-do-crescimento-da-producao-de-carne-bovina-e-de-205.-atencao-as-oportunidades-de-mercado.htm>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor-ri>. Acesso em: 01 mai. 2019.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA Manuel Enriquez. *Fundamentos da Economia*. 2 Ed. São Paulo, 2004.